



Sessão de comissão que tratava da legislação trabalhista teve troca de insultos e empurra-empurra

REFORMAS E SUCESSÃO NO CONGRESSO PÓS-DELAÇÃO

ALIADOS DE TEMER tiveram vitórias ao avançar reforma da CLT e impedir PEC de eleições diretas, mas até base analisa nomes para a Presidência

FÁBIO SCHAFFNER
 fabio.schaffner@zerohora.com.br
GUILHERME MAZUI
 guilherme.mazui@grupopbs.com.br
 RBS BRASÍLIA

Com estratégia jurídica errática e sob forte rejeição popular, o presidente Michel Temer se apegou com força ao seu bastião: o Congresso. Ao tempo em que já se fala abertamente em cenário pós-Temer, o Planalto tenta retomar a agenda legislativa para demonstrar condições de tocar as reformas e evitar a paralisação institucional. A volta das atividades na Câmara e no Senado, porém, mostrou que o Planal-

to terá muito trabalho pela frente. É cada vez mais difícil encontrar parlamentares dispostos a defender o governo.

Uma das vozes solitárias a afiançar apoio a Temer, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) mal esperou a sessão abrir e postou-se frente à tribuna ontem. Estava pronto a rebater qualquer discurso da oposição que fustigasse o presidente. Um dia após o governo acenar com cargos em troca de apoio no Congresso, Perondi diz que o Planalto inverteu a tática. Segundo ele, a ideia é usar as próximas votações como um mapa para identificar o tamanho atual da base aliada. E punir

com a perda de cargos quem votar contra o governo.

– O Diário Oficial vai funcionar – ameaçou Perondi.

Quem faz coro é Carlos Marun (PMDB-MS), deputado estridente que cresceu na Casa graças à devoção ao ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a quem inclusive visitou na prisão.

– Tem gente que apoia impeachment, mas esquece de passar na Casa Civil e entregar os cargos.

No primeiro teste, durante discussão da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o governo obteve vitória simbólica, a despeito do ambiente beligerante. Após a base aliada derrotar por dois votos de diferença um parecer que visava evitar a leitura do relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), os senadores

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) partiram para a agressão física em meio a gritos de “Fora, Temer”.

PSDB BUSCA OPÇÃO QUE NÃO AFASTE PMDB EM 2018

Houve tumulto e os seguranças intervieram para que a confusão não se tornasse generalizada. A sessão foi suspensa e a imprensa, retirada da sala. Embora tenha apresentado parecer favorável à reforma, Ferraço defende a saída do PSDB do governo.

– Há um debate que não está concluído. Algumas lideranças, como eu, defendem que o partido deve deixar o governo e entregar os ministérios.

Ferraço age em sintonia com a bancada tucana na Câmara, mais jovem e agressiva no discurso

para abandonar Temer. Os senadores, porém, tentam apaziguar os ânimos. Seguem a linha traçada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Junto a outros influentes arquitetos da política nacional, como o também ex-presidente José Sarney e o ex-ministro Nelson Jobim, Fernando Henrique descarta a possibilidade de renúncia de Temer ou até mesmo um impeachment.

Em contrapartida, o grupo avalia que o presidente não escapará da cassação em julgamento previsto para 6 de junho no Tribunal Superior Eleitoral. Nessa perspectiva, o trio trabalha para construir um sucessor palatável, que se comprometa com a votação das reformas trabalhista e da Previdência e não provoque cisão na aliança PSDB-PMDB.

A ideia, diante da saída de



Temer, é eleger por via indireta alguém alinhado a esse pragmatismo político. Ou seja, manter os dois partidos no poder e conduzir o país até as eleições de 2018, enquanto constroem um candidato competitivo para enfrentar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por enquanto, os nomes mais cotados para a transição são o do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o do próprio Jobim e o do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O comportamento de deputados e senadores da base aliada seguiu ontem exatamente esse roteiro. Enquanto Romero Jucá (PMDB-RR) tomava as rédeas do Senado, dando como lido o relatório da reforma trabalhista após a troca de insultos na CAE, na Câmara quem subia à tribuna discursava em favor da retomada das votações.

A ordem vinda do Planalto, para que os líderes partidários defendessem Temer, foi solenemente ignorada. Nem mesmo o líder do PSDB, senador Paulo Bauer (SC), quis se comprometer.

— Todos vão se defender no Judiciário. Não estamos defendendo nem o nosso presidente (Aécio Neves, senador afastado do PSDB). Mantemos o compromisso com as reformas.

Temer avalia dividir inquérito e questionar relatoria de Fachin

A defesa do presidente Michel Temer estuda pedir a separação do inquérito que investiga o peemedebista e o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) e questionar a condução do caso pelo ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal. Segundo o criminalista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, que defende o presidente, não há por que Aécio e Temer serem investigados juntos.

— Acho que não há conexão fática nem probatória entre a questão que envolve o Aécio e a que envolve o presidente.

Temer, Aécio e o deputado federal afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) são investigados no mesmo inquérito com base nas delações dos irmãos Joesley Batista e Wesley Batista, proprietários do grupo JBS. Em um diálogo gravado por Joesley, Aécio diz que estaria acertando com Temer uma estratégia para ter maior controle sobre a Lava-Jato e as investigações da Polícia Federal.

Outra estratégia analisada pelo advogado é questionar a chamada "prevenção", isto é, o fato de o inquérito ter sido encaminhado sem sorteio a Fachin, responsável pela Lava-Jato na Corte. Mariz afirma que a investigação não tem relação com o esquema de corrupção da Petrobras.

— A questão levantada poderia mostrar que não há nenhuma

conexão do presidente com essas questões de Petrobras e Lava-Jato. Se houver a redistribuição, torço que caia com ele (Fachin). A questão não é com ele — afirmou Mariz.

DEFESA AFIRMA QUE QUER PROCESSO ÁGIL

Temer está sendo investigado por três crimes: corrupção passiva, obstrução à investigação de organização criminosa e participação em organização criminosa. Em sua fala, Mariz afirmou ainda que não existe crime de obstrução de Justiça.

— Você abre o Código Penal, não há nenhum crime com esse nome, e nenhum com conteúdo de obstrução de Justiça.

A Procuradoria-Geral da República, no entanto, investiga o presidente com base na lei que define organização criminosa e regulamenta as delações premiadas. Mariz também voltou a afirmar que procurou Fachin no STF para esclarecer que a defesa de Temer jamais teve a intenção de suspender a tramitação do inquérito. Segundo ele, o pedido feito era para que a investigação fosse paralisada até a pericia na gravação realizada por Joesley na conversa no Jaburu.

— O presidente quer o inquérito e quer um inquérito rápido, o país está parado — disse o advogado de Temer.

AS PAUTAS DA CÂMARA E DO SENADO

FGTS E REAJUSTE

Duas medidas provisórias (MP), consideradas de fácil aprovação, foram debatidas ontem. A 765, que concede reajuste salarial às categorias que fecharam acordo por último com o governo, e a 763, que mantém o calendário de saques das contas inativas do FGTS — o texto-base foi aprovado apesar das tentativas de obstrução da oposição.

TERRAS E INCENTIVOS

Para hoje, estão previstas outras MPs próximas de perderem validade, como a 767, que altera as carências para concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade, e a 759, que permite a regularização fundiária de áreas de até 2,5 mil hectares. Também há intenção da presidência da Câmara de votar o projeto de lei complementar 54/15, do Senado, sobre isenções fiscais dos Estados. Rodrigo Maia assumiu compromisso com a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, de votar o projeto, evitando que a Corte coloque o tema em julgamento em junho.

ELEIÇÕES DIRETAS

Com o início da ordem do dia do plenário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou ontem a análise da PEC 227, que estabelece eleições diretas em caso de vacância da Presidência da República. A discussão deve ocorrer hoje e é defendida por partidos de oposição, que ameaçam obstruir outras votações caso o tema não entre em pauta.

VETOS PRESIDENCIAIS

A sessão do Congresso, marcada para hoje e destinada a votar 17 vetos presidenciais, foi transferida para a próxima terça-feira.

REFORMA TRABALHISTA

Enquanto a confusão se instalou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o relatório foi publicado na página do colegiado na internet. O parecer pede a aprovação do texto vindo da Câmara, mas sugere alterações em alguns pontos por veto presidencial ou edição futura de medida provisória, confirmando a estratégia de avançar com o texto sem alterar o projeto.

KELLY MATOS
kellymatos@idgna.com.br



No país do futebol

Imagine que loucura seria viver em um país onde o presidente da República tenha de tomar a decisão de demitir um assessor especial da Presidência porque ele amanheceu preso pela Polícia Federal.

Suponhamos a cena numa repartição. O chefe chega, questiona o superior imediato sobre o atraso do funcionário e esbraveja que o Brasil não pode parar. O tempo passa, o funcionário não aparece e o chefe decide ligar para a mulher do funcionário para saber se ele já saiu de casa. Para a sua surpresa, a esposa relata que ele está, sim. E bem cedo. Em um carro preto, com vidros escuros. Acompanhado? Sim, por vários homens da Polícia Federal.

Agora imagine que doído seria se esse homem tivesse sido levado pela Polícia Federal por conta de uma investigação que envolve uma obra pública. Vamos supor que seja uma obra superfaturada. Algo que, sei lá, envolvesse governadores, vice-governador, deputados e empresários dispostos a corromper agentes públicos e depois passear em Nova York.

Forçemos um pouco mais a imaginação. Suponhamos que numa reunião alguém sugerisse turbinar essa reforma com R\$ 100 milhões a mais em aditivos. A proposta é apresentada em reunião na calada da noite. Um integrante do grupo fica constrangido. Quem sabe um pouco menos, para não dar na vista? Alguém pede a palavra e dispara em brado retumbante: Vamos turbinar com R\$ 900 milhões! O colega ao lado rubra. Alguém que chega atrasado decide chancelar a proposta. O superfaturamento vai chegar próximo de R\$ 1 bilhão.

Avançemos. Então suponhamos, em um exercício de ficção, que essa obra superfaturada seja um estádio de futebol. Sim, vamos imaginar que seja um estádio de Copa do Mundo, afinal todo mundo gosta da Copa — em que pese o 7 a 1 da Alemanha sobre o Brasil. Para turbinar essa obra em R\$ 900 milhões terá de ser um grande estádio, imaginemos. Todos de acordo? Sim. Vamos fazer um grande estádio de futebol. Para escorar a propina. Onde? Na capital do país. Mas lá não tem futebol, pondera um senhor grisalho sentado com uma mala preta onde apoia o pé direito. O colega pergunta o que tem na mala. Ele responde que não sabe. Um terceiro homem entra na conversa, irritado, e diz que tem um outro compromisso ainda naquela noite, fora da agenda oficial. Sob pressão, fecham a ideia de reformar um estádio para aproximadamente 70 mil pessoas bem próximo ao Congresso Nacional.

Agora imagine que ao lado desse senhor cansado, nessa mesma reunião, estivesse um ex-governador. Um não, dois, que é para dar um pouco mais de distância da realidade. Vamos ficcionar que esse ex-governador já tivesse violado o painel eletrônico do Senado. Mais do que isso: que tivesse sido preso em um escândalo de desvio de recursos públicos cuja feia roubalheira era tão grande, que integrantes se reuniam para agradecer pela propina. Agora vamos supor que esse outro ex-governador também tenha feito algumas estripulias. Suponhamos até que tenha ido parar em um inquérito, investigado na Suprema Corte do país por desvios durante seu período à frente da Agência de Vigilância em Saúde.

Imaginou? Agora imagine que o deputado Paulo Mahf foi preso por ter sido condenado a sete anos, nove meses e 10 dias de prisão, em regime fechado, pelo crime de lavagem de dinheiro ligado a sua gestão na prefeitura de São Paulo. Não foi. Ele ainda terá direito a embargos infringentes no Supremo Tribunal Federal.



Rocha Loures entrega mala à PF com R\$ 35 mil a menos

APONTADO POR JONESLEY como operador de Temer, deputado afastado deveria ter devolvido R\$ 500 mil

A defesa do deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) entregou, na noite de segunda-feira, à Polícia Federal (PF) em São Paulo, uma mala com R\$ 465 mil. Em abril, Loures havia sido filmado pela PF recebendo a bagagem, que continha R\$ 500 mil, segundo as investigações, e foi enviada pelo empresário Jonesley Batista, dono da JBS. No documento em que atestaram a apreensão, os policiais contabilizaram 93 mil notas de R\$ 50.

Os advogados informaram que o deputado afastado também entregou o passaporte. Para comprovar isso, protocolaram outro auto de apreensão da PF. Não há no documento explicação para o fato de o valor ser menor do que o supostamente recebido da JBS.

Os papéis que comprovam a entrega foram enviados ontem pela manhã ao gabinete do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que, na semana passada, havia determinado o afastamento de Rocha Loures do mandato após pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os advogados não se manifestaram sobre a falta de R\$ 35 mil.

Pela denúncia, o parlamentar afastado aparece ainda em uma

das conversas gravadas com Ricardo Saud, ex-diretor de Relações Instituições da J&F, concordando em apresentar prévia do relatório da medida provisória do Refis, que ainda não era público. No diálogo, os dois falam sobre esconder o que a JBS queria no texto, incluindo os pontos como sugestão da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

TRÊS PARTIDOS ENTRARAM COM PEDIDO DE CASSAÇÃO

Posteriormente, Rocha Loures foi filmado recebendo R\$ 500 mil enviados por Jonesley. O parlamentar é apontado como intermediário do presidente Michel Temer para assuntos do grupo J&F com o governo, de acordo com denúncia do Ministério Público Federal (MPF), com base em áudio de conversa gravada pelo dono da empresa.

Três partidos já protocolaram pedidos de cassação do mandato de Rocha Loures por quebra de decoro parlamentar: Rede, PSB e PSOL. As solicitações foram feitas ao Conselho de Ética da Câmara, que decidirá se vai ou não abrir processo. O deputado já está afastado do mandato por ordem de Fachin.

Imagens mostram assessor do presidente deixando pizzaria com bagagem na mão



BAGAGEM MILIONÁRIA E COMITIVA PRESIDENCIAL

Um dos auxiliares mais próximos do presidente Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) é acusado por Jonesley Batista, dono da JBS, de ter recebido R\$ 500 mil em propina.

No dia 28 de abril, o valor foi entregue a Rocha Loures em uma pizzaria, em São Paulo. Quem levou o dinheiro foi Ricardo Saud, executivo da JBS.

Policiais federais fotografaram a mala com o dinheiro, antes de ser entregue por Saud. Eles não colocaram um chip de localização nela, mas disseram que a intenção era fazer isso na próxima remessa, marcada para a semana seguinte.

Nessa operação controlada, os policiais federais anotaram o número de série das notas, todas de R\$ 50, para que pudessem ser mais facilmente identificadas.

Dois dias depois do recebimento, Rocha Loures estava na comitiva de Temer que participou da cerimônia de inauguração da Casa Brasil Japão, em São Paulo.

A mala reapareceu na segunda-feira à noite. Foi entregue na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, porém sem o valor supostamente pago pela JBS - R\$ 35 mil a menos.

LAVA-JATO

Caseiro informava Lula sobre sítio, diz PF

E-mails apreendidos na Operação Lava-Jato apontam que o caseiro do sítio de Atibaia, no interior de São Paulo, enviava mensagens ao destinatário apoio@institutolula.org sobre o dia a dia na propriedade.

Elcio Pereira Vieira, o Maradona, mantinha o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva informado sobre o que ocorria nas redondezas da chácara, encaminhava listas de materiais de construção, recibos de compras de itens da propriedade e relato sobre os animais de estimação.

Para a Lava-Jato, as mensagens obtidas com a quebra de sigilo telemático de Maradona revelam "ser o sítio de propriedade e posse de Lula". Os e-mails foram anexados à nova denúncia contra o petista, agora acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por reforma milionária no sítio. Além do petista, outros 12 investigados são acusados na denúncia.

Em 21 de abril de 2015, o caseiro mandou fotografias em um e-mail intitulado "avião aki na chácara hoje pela manhã". Na mensagem, 12 fotografias de uma aeronave no céu.

Outro e-mail, de 23 de outubro de 2014, foi enviado ao mesmo destinatário com três fotos e uma mensagem: "a piruza esmagou os tres pintinhos de pavão que estava com ela bom dia".

Em 31 de julho de 2014, Maradona encaminhou mensagem com o título "obras no sítio". No e-mail, também endereçado ao Instituto Lula, o caseiro listou materiais para realização de reformas na propriedade. No texto, escreve que combinou com a ex-primeira-dama dona Marisa (morta em fevereiro deste ano, vítima de um AVC) que os materiais para fazer acabamento seriam vistos depois.

Maradona não é acusado na denúncia do Ministério Público Federal (MPF).

CONTRAPONTO

O QUE DIZ LULA

Em nota, o advogado Cristiano Zanin Martins afirma que "a denúncia apresentada mostra desesperada tentativa de procuradores da República justificar à sociedade a perseguição imposta ao ex-presidente nos últimos dois anos, com acusações frívolas e com objetivo de perseguição política." O petista nega que seja dono do sítio.

Perícia pode levar até 30 dias

A Polícia Federal (PF) avisou ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, que a perícia nos áudios que registraram a conversa do presidente Michel Temer com Jonesley Batista, dono da JBS, pode levar até 30 dias para ser concluída. Já o exame dos áudios com diálogos do empresário com outros interlocutores, como Acácio Neves, pode demorar mais até 60 dias.

Ontem, o chefe da perícia da PF na Operação Lava-Jato em Curitiba, Flávio Salvador, afirmou que é "humilhação" a contratação de um especialista particular pela defesa de Temer. Ela contratou o perito Ricardo Molina para avaliar o áudio, diante da desconfiança do governo de que havia edições e cortes no que foi entregue para o Ministério Público. Molina afirmou que o material não pode ser usado como prova e apontou "obscuridades".

Como será a análise



GRAVADORES

Assim que os equipamentos chegarem ao Instituto de Criminalística da Polícia Federal, serão encaminhados ao setor de perícias em audiovisual e eletrônicos.

INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA DA POLÍCIA FEDERAL

SETOR DE PERÍCIAS EM AUDIOVISUAL E ELETRÔNICOS

O que a perícia vai checar

- Integridade da gravação
- Características dos equipamentos
- Quem manuseou

Peritos vão copiar a gravação bit a bit, ou seja, exatamente igual para um computador, onde será submetida a testes técnicos.



Os peritos vão estudar os barulhos do ambiente, que podem ser ruídos de fundo na conversa ou até do próprio gravador.

A PERÍCIA PODE APONTAR QUATRO CAMINHOS

- Não houve edição
- Houve edição
- Houve interrupção, mas não edição (por exemplo, o som do gravador no bolso é uma interrupção, mas não manipulação de conteúdo)
- Somente alguns trechos são válidos e não sofreram manipulação.

Ou seja, a perícia pode validar trechos decisivos, mesmo que conclua que houve edição em outros.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

O STF sabia que as gravações haviam sido feitas por Jonesley sem acompanhamento judicial?

Sim. Quando o ministro Edson Fachin ordenou a abertura dos inquéritos,

verificou a origem das gravações.

Essa gravação pode ser anulada pela Justiça? A quem cabe anular?

Há várias possibilidades: a própria PGR pode pedir a retirada do áudio dos

autos antes da anulação, o STF pode anular a prova a pedido da defesa ou da PGR ou também considerar válidos apenas trechos das conversas, a depender do que dirão os laudos técnicos.

Time de escândalos de Temer

NOVE ASSESSORES E MINISTROS de confiança do presidente estão relacionados a casos de corrupção

FÁBIO SCHAFFNER
fabio.schaffner@zerohora.com.br
GUILHERME MAZUI
guilherme.mazui@gruportb.com.br
RS BRASILIA

Em 2016, enquanto articulava o impeachment de Dilma Rousseff, o então vice-presidente Michel Temer ventilava na imprensa a intenção de governar com uma equipe de "notáveis". Um ano depois, e agora presidente e sua entourage estão sob cerco da Lava-Jato.

Dos três principais assessores de Temer, um foi preso ontem pela Polícia Federal (PF), outro foi filmado recebendo R\$ 500 mil em propina e o terceiro confessou ter recebido R\$ 1 milhão em caixa 2. Tratam-se, respectivamente, de Tadeu Filippelli, Rodrigo Rocha Loures e José Yunes. Todos despachavam no terceiro andar do Palácio do Planalto, a poucos passos do gabinete presidencial. Embora não tivesse o status e a exposição de um ministro, o trio atendia o varejo das relações po-

líticas, empresariais e jurídicas do governo. Sandro Mabel (PMDB-GO), que atuava junto ao grupo – embora jamais tivesse sido nomeado oficialmente –, deixou de dar expediente no Planalto em março, ciente de que seria alvejado pela delação da Odebrecht. A deterioração não se restringe aos auxiliares de segundo escalão. Em um governo em que o próprio presidente é investigado por corrupção, organização criminosa e obstrução à Justiça, dois dos quatro ministros com

sala no Planalto respondem a inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF): Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral). Na Esplanada, há mais seis ministros na mesma situação. Outros três perderam os cargos por suspeita de irregularidades.



Humberto Trezzi
humberto.trezzi@zerohora.com.br

Dias de impunidade encurralada

Mais dois poderosos foram presos ontem pela Polícia Federal (PF): os ex-governadores do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PT) e José Roberto Arruda (PR). Virou rotina entre os brasileiros despertar com operações policiais batendo à porta de gente outrora inatingível.

Lembramos todos nós, os de mais idade, quando Paulo Maluf (PP) encarnava o espírito da corrupção no Brasil. E por que não, também da impunidade? Ele continua livre e solto, apesar de proibido de entrar numa série de países, em decorrência da descoberta de contas no Exterior usadas para ocultar dinheiro desviado de obras públicas – ontem, o Supremo Tribunal Federal o condenou a sete anos de prisão por lavagem de dinheiro e determinou a perda do mandato.

Mas os casos envolvendo Maluf viraram piada perto dos escândalos recentes. Até ele sabe disso e gravou mensagem no Facebook, ressaltando, sorrindo, que seu nome não está na lista de propina da Odebrecht.

A Lava-Jato recém completou três anos, inspirando tantos desdobramentos da PF e do Ministério Público Federal (MPF) que é difícil enumerá-los. Quem imaginou que tantos empresários poderosos iriam parar na cadeia? Que tantos políticos de primeiro e segundo escalão experimentariam o desconforto de uma cela? Vamos a uma listinha, só com alguns nomes de figurinhas carimbadas do topo da pirâmide social brasileira que passaram pelo cárcere: Marcelo Odebrecht, Elke Batista, Antonio Palocci, Eduardo Cunha, Sérgio Cabral, José Dirceu. Sem contar dezenas do segundo time.

E tem militante, de esquerda e direita, que continua dizendo que a PF só bate nos mesmos. Que uma conspiração policial-jurídico-midiática tomou o país. Convenhamos. Pensam mesmo isso ou só estão contrariados porque seus gurus estão indo para o xadrez? Queriam mesmo um Brasil passado a limpo ou isso não vale quando o cara partilha da nossa ideologia? Reflitam. A lei não vale só para os desafetos.

OS ESCUDEIROS INVESTIGADOS

ROCHA LOURES (PMDB-PR)

Deputado federal afastado

À mercê de pedido de prisão preventiva a ser julgado pelo STF, o deputado afastado é quem mais pode comprometer a situação de Michel Temer. Indicado pelo presidente para atender interesses do grupo JBS no governo, Rocha Loures foi filmado recebendo R\$ 500 mil em propina. Ele devolveu a mala com o dinheiro à PF. Deputado em segundo mandato, trabalhou com Temer de 2011 a 2017.

JOSÉ YUNES

Assessor de Temer

Amigo pessoal e confidente de Temer há mais de 50 anos, foi nomeado assessor especial da Presidência. Ficou apenas três meses no cargo. Pediu demissão em dezembro, após o ex-diretor da Odebrecht Cláudio Mello Filho afirmar ter

usado o escritório do advogado para entregar R\$ 1 milhão ao grupo de Temer no PMDB. Embora tenha se afastado do cotidiano da política, manteve o hábito de dar conselhos e ajudar na concepção de estratégias políticas para Temer.

SANDRO MABEL (PMDB-GO)

Assessor de Temer

Mais um assessor a ocupar sala no terceiro andar do Planalto, fazia parte, junto com Rocha Loures e Tadeu Filippelli, do grupo que ajudava nas negociações do governo com o Congresso. Jamais, contudo, foi nomeado oficialmente para o cargo. Deixou o posto de assessor especial da Presidência em março, após surgirem rumores de que seria citado nas delações da Odebrecht. Também próximo ao ex-deputado Eduardo Cunha, Mabel já havia sido citado no escândalo do mensalão.

ELISEU PADILHA (PMDB-RS)

Ministro

Ministro da Casa Civil, é um dos nomes de maior confiança de Temer, próximo do presidente desde a década de 1990. No governo Fernando Henrique, chegou ao Ministério dos Transportes por indicação de Temer. O mesmo ocorreu quando assumiu a Secretaria de Aviação Civil na gestão Dilma Rousseff. Da lista de Fachin, responde a dois inquéritos no STF derivados da delação da Odebrecht: por suspeita de receber repasses ilegais da empreiteira.

TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)

Assessor de Temer

Presidente do PMDB-DF e articulador político, é um dos escudeiros de Temer na interlocução com parlamentares e empresários. Reforçou a relação como presidente em 2015, em momento de fragilidade do governo Dilma Rousseff, quando Temer assumiu a articulação política do Planalto. Sem mandato em razão da derrota na eleição de 2014, Filippelli ganhou cargo no palácio. Após o impeachment, tornou-se assessor especial do presidente, cargo do qual foi exonerado depois de ser preso ontem.

MOREIRA FRANCO (PMDB-RJ)

Ministro

Conselheiro de Temer e responsável pelo programa de concessões do governo, foi nomeado ministro da Secretaria-Geral da Presidência em fevereiro. O presidente recriou a pasta e garantiu foro privilegiado ao amigo, que em abril passou a ser investigado no STF a partir da delação da Odebrecht. Moreira foi assessor especial de Fernando Henrique e ministro no governo Dilma por indicação de Temer.

ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

Senador

Atual líder do governo no Senado, durou apenas 11 dias à frente do Ministério do Planejamento. Foi demitido depois de ser gravado pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Na conversa, realizada antes da votação do impeachment de Dilma na Câmara, disse que era preciso "estancar a sangria" da Lava-Jato. Como tem mandato de senador, continua como um dos principais conselheiros de Temer.

GEDDEL VIEIRA LIMA (PMDB-BA)

Ex-ministro

Amigo de Temer, era ministro da Secretaria de Governo. Perdeu o cargo em novembro, depois de ter pressionado o então ministro da Cultura, Marcelo Calero, para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional liberasse a construção de edifício em Salvador. Geddel é proprietário de uma unidade no prédio. O caso resultou na saída de Calero do governo. Geddel é alvo de mais de uma investigação na Lava-Jato.

HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN)

Ex-ministro

Aliado de longa data de Temer, o ex-presidente da Câmara tornou-se ministro do Turismo no governo Dilma por indicação do então vice-presidente. Entregou o cargo antes do impeachment e reassumiu a função após a queda da petista. Pediu demissão em junho do ano passado, ao ser citado na delação de Sérgio Machado. Alvo de investigações na Lava-Jato, o peemedebista afastou-se de Brasília.

OS TENTÁCULOS DOS BATISTA

Para gerenciar seus vários negócios, a família Batista, dona do frigorífico JBS, usa a holding **J&F Participações**, que detém o controle acionário das demais empresas. Apenas as cinco maiores organizações do grupo, da área industrial, tiveram no ano passado faturamento de mais de R\$ 185 bilhões. Veja quais são as atividades do conglomerado e como expandiu a atuação nos últimos anos, da carne a sandálias.

JBS (alimentos)

- Maior processadora de proteína animal do mundo. Atua com carnes bovina, suína, ovina e de frango, embutidos e outros industrializados. No ano passado, faturou R\$ 170 bilhões.
- Tem ainda negócios nas áreas de couro, higiene e limpeza, colágeno, embalagens, metálicas e biodiesel.
- Soma mais de 220 unidades mundo em cinco continentes, com capacidade para processar, por dia, mais de 80 mil bovinos, 14 milhões de aves, 110 mil suínos e 100 mil peças de couro.
- É dono de marcas como Swift, Friboi, Seara, Frangosul, LeBon e Pilgrim's Pride.
- Chegou à mesa de 300 mil clientes em pelo menos 150 países.

Divisão societária



Vigor (laticios)

- A empresa fundada em 1917 foi adquirida em 2009 pela J&F, que passou a controlar a operação com a compra do frigorífico Bertin.
- Tem faturamento superior a R\$ 4,4 bilhões.
- As principais marcas são Vigor, Itambé, Faixa Azul, Danubio, Teo e Serrabella. Diz ter sido a pioneira no lançamento de iogurte grego no Brasil.
- Tem 14 unidades no Brasil, com 6,9 mil funcionários.
- Produtos chegam a 40 mil pontos de venda.

Divisão societária



Alpargatas (calçados e vestuário)

- Foi comprada em 2015 da Camargo Corrêa, por R\$ 2,7 bilhões, quando as empreiteiras envolvidas na Lava-Jato começaram a se desfazer de ativos.
- É uma das maiores fabricantes de calçados da América Latina e dona de marcas como Havaianas e Osklen (vestuário). Detém licença de outras, como Mizuno.
- Tem quatro fábricas no Brasil e oito na Argentina. Conta com operações nos Estados Unidos e na Europa.
- Exporta Havaianas para mais de uma centena de países. Tem mais de 600 lojas no mundo, a maioria da marca de sandálias, além de 150 mil pontos de vendas no Brasil e 10 mil no Exterior.
- Em 2016, teve receita líquida de R\$ 4,05 bilhões.

Divisão societária



Floresta Agropecuária

- Atividades agropecuárias e florestais no Brasil.
- Sem informações financeiras e societárias.

Eldorado Brasil (celulose)

- Com mais de R\$ 6,2 bilhões investidos, fábrica de celulose começou a operar em 2012, em Três Lagoas (MS).
- A unidade tem capacidade para produzir 1,7 milhão de toneladas/ano. Conta ainda com 215 mil hectares de florestas de eucalipto. Soma 4,5 mil funcionários diretos.
- A empresa teve no ano passado receita de R\$ 3,4 bilhões e lucro de R\$ 288,3 milhões. Tem planos para investir R\$ 10 bilhões em ampliações de capacidade.
- O endividamento líquido chega a R\$ 7,86 bilhões.
- Parte se deve aos empréstimos para a construção do projeto. Apenas do BNDES, foram R\$ 2,7 bilhões, operação investigada pela Polícia Federal. O Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) também ajudou a financiar o projeto, com a aquisição de debêntures (títulos de dívidas), no valor de R\$ 940 milhões.
- Os fundos de pensão da Caixa (Funcel) e Petrosbras (Petros) também têm parte do capital. Juntos, colocaram R\$ 550 milhões na empresa, em 2009.

Divisão societária



Flora (produtos de higiene e limpeza)

- Criada em 1980, como negócio dedicado à higiene e limpeza na holding, com marcas como Miuano (detergentes, sabão em pó e amaciantes, entre outros produtos) e Albany (sabonetes).
- Virou empresa independente em 2007. Nos anos seguintes, adquiriu negócios do grupo Bertin e Hipermercados. É dona hoje de 17 marcas de mais de 300 produtos. Tem três fábricas e quatro centros de distribuição. Soma 1,3 mil funcionários. A produção de cosméticos é terceirizada.
- A empresa não disponibiliza informações financeiras, mas em entrevistas executivos projetavam que a companhia deveria faturar R\$ 1,4 bilhão em 2016.

Divisão societária



Banco Original (serviços financeiros)

- Criado em 2008, voltado aos segmentos corporativo e agronegócio. Em 2011, fez a aquisição do Banco Matone, do Rio Grande do Sul.
- Em 2013, também se direcionou ao varejo, com a proposta de ser um banco 100% digital.
- Encerrou 2016 com patrimônio líquido de R\$ 2,2 bilhões, total de ativos de R\$ 8,7 bilhões, carteira de crédito de R\$ 5,7 bilhões e lucro de R\$ 44 milhões.
- Até o ano passado foi presidido pelo atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Divisão societária



Ambar (energia)

- Empresa de geração (térmica e eólica) e transmissão de energia.
- Tem linhas de transmissão em São Paulo, Minas Gerais, Piauí, Bahia, Goiás e Distrito Federal.
- Em geração, é dona de uma térmica em Cubatã e tem projetos de parques eólicos no Ceará e no Rio Grande do Norte.
- A empresa não disponibiliza informações financeiras.

Divisão societária



Canal Rural (mídia)

- Canal de TV especializado na cobertura de assuntos relacionados ao agronegócio.
- Foi adquirido em 2013 pela J&F.
- A empresa não disponibiliza informações financeiras.

Divisão societária



J&F Oklahoma (pecuária)

- Empresa de confinamento de gado nos Estados Unidos.
- Sem informações financeiras e societárias.

Presos assessor de Temer e ex-governadores

DESDOBRAMENTO DA LAVA-JATO, operação apura pagamento de propina em obra do estádio Mané Garrincha

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem Tadeu Filippelli (PMDB), assessor especial da Presidência, e os ex-governadores do Distrito Federal (DF) José Roberto Arruda (PR) e Agnelo Queiroz (PT). Os mandados foram expedidos pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília.

As prisões fazem parte da Operação Panatenaico, desencadeada pela PF e pela Procuradoria da República no DF para apurar suspeitas levantadas em acordo de delação premiada de executivos da Andrade Gutierrez (AG) à

Lava-Jato. Os delatores reconheceram prática de cartel, pagamento de propina e superfaturamento na obra do estádio Mané Garrincha, para a Copa do Mundo de 2014 (leia abaixo).

Após as prisões, o presidente Michel Temer demitiu Filippelli ainda ontem. Assinou o ato de exoneração assim que chegou ao Palácio do Planalto e o enviou à Casa Civil. A demissão deve ser publicada no Diário Oficial hoje. Filippelli integrava grupo de assessores especiais escolhidos pelo presidente, no início do governo, hoje citados em suspeitas de corrupção (leia na página 12).

Também foram expedidos mandados de prisão provisória contra 10 pessoas, incluindo Cláudio Monteiro, ex-homem forte da gestão Agnelo, e Maruska Lima de Souza Holanda, ex-presidente da Terracap - Agência de Desenvolvimento do DF -, empresa pública controlada pelo governo. Em abril, o Ministério Público do DF afirmou que a obra do estádio gerou rombo de R\$ 1,3 bilhão à Terracap.

A operação ainda cumpriu mandado de prisão contra pessoas apontadas como "operadores" dos políticos investigados: Afrânio Roberto de Souza Filho,

que atuaria para Filippelli, Sérgio Lucio Andrade, articulador de Arruda, e Jorge Luiz Salomão, ligado a Agnelo.

Arruda foi o primeiro a chegar na PF do DF, por volta das 9h, para onde seriam encaminhados todos os demais suspeitos. Filippelli foi vice-governador na gestão de Agnelo e é presidente do PMDB no DF. Procurada, a assessora dele não deu retorno. A defesa de Agnelo afirmou que se manifestará somente após ter acesso aos autos. A defesa de Arruda afirma a inocência do ex-governador, envolvido pela terceira vez em escândalo (leia abaixo).



DETALHE ZH

O nome Panatenaico é uma referência ao Stadium Panatenaico, sede de competições realizadas na Grécia Antiga que foram anteriores aos Jogos Olímpicos.

A CYRELA DOBRA A SUA ENTRADA



VISITE AS CENTRAIS DE VENDAS:

ZONA NORTE: AV. SERTÓRIO, 9280

Superfaturamento pode ter chegado a R\$ 900 milhões

Segundo a Polícia Federal (PF), o objetivo da Operação Panatenaico é investigar suposta organização criminosa que fraudou e desviou recursos do Mané Garrincha. "Orçadas em cerca de R\$ 600 milhões, as obras no estádio, que é presença marcante na paisagem da cidade, custaram ao fim, em 2014, R\$ 1,575 bilhão. O superfaturamento, portanto, pode ter chegado a quase R\$ 900 milhões", diz a PF. A arena foi a mais cara da Copa.

A delação feita por cinco executivos da Andrade Gutierrez à Lava-Jato relativa ao estádio foi enviada à Justiça Federal pelo ministro Teori Zavascki, morto em acidente

aéreo em janeiro e na época relator da operação no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo escreveu o juiz Vallisney Oliveira no despacho de autorização da Panatenaico, os delatores "revelaram que a concorrência licitatória no estádio teria sido forjada para que vencesse o consórcio Via Engenharia & Andrade Gutierrez e que houve pagamento de propina para os governadores do Distrito Federal (da época) José Roberto Arruda e seu sucessor Agnelo Santos Queiroz, bem como para o então vice-governador, Tadeu Filippelli".

"A renovação do estádio Mané Garrincha, ao contrário dos demais

estádios da Copa do Mundo financiados com dinheiro público, não recebeu empréstimos do BNDES, mas sim da Terracap (agência de fomento do DF), mesmo que a estatal não tivesse este tipo de operação financeira prevista no rol de suas atividades", afirma nota da PF.

Conforme a decisão judicial, Afrânio Filho, "operador" de Filippelli, recebeu 19 "pagamentos de propina" da construtora, "no percentual de 4% de cada medição, o que revela indícios de que tenha cometido corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa".

Os delatores afirmaram que a propina era paga em espécie "até mesmo a beneficiários diretos". O juiz autorizou o bloqueio de R\$ 6 milhões em bens de Filippelli, de R\$ 10 milhões de Arruda e de R\$ 10 milhões de Agnelo.

TRÊS VEZES ARRUDA

Preso na Operação Panatenaico ontem, o ex-governador do Distrito Federal (DF) José Roberto Arruda (PR) é alvo de pelo menos outros dois escândalos

1 - Em 2001, Arruda era senador pelo PSDB e líder do governo Fernando Henrique na Casa quando teve seu nome envolvido em polêmica sobre o painel eletrônico do Senado. Acusado de ter tido acesso ao resultado da votação secreta que cassou o mandato do senador Luiz Estevão, Arruda subiu à tribuna para desmentir a denúncia. Depois, admitiu o contrário.

- É inútil resistir à verdade - afirmou em discurso marcado por lágrimas, em 24 de abril de 2001. Arruda deixou a liderança do governo e saiu do PSDB. Depois, em 24 de maio, renunciou ao mandato para evitar a cassação.

2 - Em 2006, filiado ao PFL, Arruda foi eleito governador do Distrito Federal. Em dezembro de 2009, investigação apontou que ele teria comandado pagamento de propina para integrantes do governo. Em reação, Arruda exonerou investigados e, então filiado ao DEM (o PFL já mudara de nome), saiu do partido. Em fevereiro de 2010, tornou-se o primeiro governador a ser preso durante o exercício do cargo no país, por ordem do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acusado de obstruir as apurações. Em 16 março de 2010, teve mandato cassado pelo Tribunal Regional Federal por desfiliação partidária. Foi solto em 12 de abril.

O site BuzzFeed publicou notícia sobre a Procuradoria-Geral da República ter anexado áudio de conversa entre o jornalista Reinaldo Azevedo e a irmã do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) no inquérito que investiga o tucano. Após a publicação, Azevedo anunciou demissão da revista *Veja*, na qual era colunista. A Polícia Federal não considerou indícios de crime na conversa, e a PGR negou ter a anexado à apuração. Juristas consultados afirmam que a divulgação fere o direito constitucional de sigilo da fonte, para o qual, segundo o juiz federal Pedro Novais, a única exceção é quando o jornalista também é investigado.



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
zerohora.com/rosanedoliveira
@rosanedoliveira

Com Débora Cademartori | debora.cademartori@zerohora.com.br | 3218-4387

ZERO HORA
QUARTA-FEIRA,
24 DE MAIO DE 2017

16

POR QUE JOBIM É NOME FORTE PARA UMA ELEIÇÃO INDIRETA

ALIÁS

Investigado pelo Supremo, a pedido da Procuradoria-Geral da República, Rodrigo Maia seria um candidato frágil à Presidência. Na lista da Odebrecht, figura com o codinome de Botafogo.



Com a perspectiva de queda do presidente Michel Temer, por renúncia ou cassação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é inevitável que se especule sobre os possíveis candidatos em uma eleição indireta. As apostas vão de nomes improváveis, como o da ministra Cármen Lúcia, que já descartou essa possibilidade, ao preferido do mercado, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, passando pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e pelo ex-ministro Nelson Jobim.

Em entrevista ao programa 'Timeline, da Rádio Gaúcha, o senador Renan Calheiros pediu a "renúncia negociada" de Temer e lançou, além dos citados, outros nomes de viabilidade duvidosa, como o do ministro Gilmar Mendes, do STF, o do ex-ministro Joaquim Barbosa e o do presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Em março, quando a saída prematura de Temer era uma hipótese remota, vinculada ao julgamento da ação que corre no TSE, Jobim deu uma entrevista a ZH e foi questionado sobre a sucessão. Disse que "não tem candidato óbvio" e se autoexcluiu da lista com a justificativa de que

está fora há muito tempo.

O cenário mudou radicalmente nos últimos 10 dias. Em caso de vacância do cargo, e de escolha de um novo presidente pelo Congresso, o nome do ex-ministro ganha força por um conjunto de fatores que só ele reúne.

Mesmo afastado da vida parlamentar há mais de duas décadas, nunca se desvinculou da política. Conhece profundamente a lógica de funcionamento dos três poderes. Foi deputado constituinte, ministro do Supremo Tribunal Federal indicado por Fernando Henrique Cardoso, ministro da Justiça de FHC e da Defesa nos governos de Lula e Dilma Rousseff. Tem trânsito na esquerda, no centro e na direita e conquistou o respeito das Forças Armadas quando foi ministro da Defesa.

Meirelles pode ser o queridinho do mercado, mas falta-lhe traquejo político e capacidade de comunicação. Pesa contra ele o fato de ter sido presidente do conselho de administração da holding J&F, controladora da JBS, na época de ouro da compra de apoio político. Mesmo que nenhuma acusação concreta pese contra ele, não é uma boa credencial para ser presidente da República, mesmo que em um mandato-tampão.



CASA DA MÃE JOANA

O nível do debate da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado é compatível com o apelido de

casa da mãe joana para o Congresso. Gritaria, troca de desaforos e até ameaça de agressão física marcaram a retomada da discussão da proposta. Pela gritaria, parecia mais uma briga de colegas do que uma sessão para discutir o futuro das relações de trabalho.

Mesmo fragilizado pela delação premiada dos donos da JBS, o governo comemorou o recuo do relator Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que havia ameaçado congelar o debate sobre a reforma por conta da crise política, mas voltou atrás.

A oposição impediu a votação, mas o relatório de Ferraço foi dado como lido.

O relator manteve o texto aprovado na Câmara e deixou para o presidente Michel Temer o compromisso de alterar, por medida provisória, trechos com os quais o Senado não concorda, como a possibilidade de gestantes trabalharem em locais insalubres.

O sorriso do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), contrasta com a expressão do senador Paulo Paim (PT), um dos maiores críticos das reformas trabalhista e previdenciária. Paim teve de intervir para que dois colegas não se agredissem.

CAI A DIREÇÃO DO DEP

Ameaçado de extinção pela reforma administrativa do prefeito Nelson Marchezan, o Departamento de Esportes Pluviais (DEP) perdeu os três diretores. Daniela Bemfica, diretora-geral, Stanley Marcelo Martins do Amaral, da Divisão de Conservação, e Carlos Adolfo Bernd, da Divisão de Obras e Projetos, pediram para sair. Os motivos: insatisfação com as condições de trabalho e com o destino do DEP, que será desmembrado e seus serviços repartidos entre duas secretarias. Pesam também as divergências com as políticas da Secretaria de Serviços Urbanos.

A PRISÃO DE TADEU FILIPELLI, EX-VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, MOSTRA QUE MICHEL TEMER É UM HOMEM CERCADO DE AMIGOS SUSPEITOS POR TODOS OS LADOS. SÃO OITO MINISTROS SOB INVESTIGAÇÃO E ASSESSORES ESPECIAIS DE CONDUTA DUVIDOSA.

CORTE NA CARNE

A OAB pediu ao STF acesso formal à delação da JBS. O presidente Claudio Lamachia quer informações sobre o envolvimento de escritórios de advocacia com a empresa.

Segundo Ricardo Saud, diretor da holding que controla a JBS, advogados emitiam notas falsas para facilitar o pagamento de propina a políticos.

A corregedoria deverá adotar as sanções cabíveis aos eventuais culpados.

DALLAZEN É ESCOLHIDO

Mais votado da lista tripartite entregue ao Piratini, Fabiano Dallazen foi o escolhido pelo governador José Ivo Sartori para comandar o Ministério Público Estadual até 2019.

Dallazen sucederá a Marcelo Dornelles, o primeiro promotor a ocupar o posto de procurador-geral de Justiça do RS. O novo chefe do MP também é promotor e tomará posse no dia 9 de junho, às 17h, no auditório da entidade.



+ ECONOMIA

Marta Sfredo
marta.sfredo@zerohora.com.br
zerohora.com/martasfredo
3218-4701

Com Leonardo Vieceli | leonardo.vieceli@zerohora.com.br | 3218-4757

ZERO HORA
QUARTA-FEIRA,
24 DE MAIO DE 2017

19

SINAL DE ALERTA

Fontes de inquietação sobre a principal companhia da família Batista



OS BILHÕES QUE INQUIETAM A JBS

Se o sobe e desce marca bolsa e dólar desde a delação da JBS, o movimento das ações da empresa dos irmãos Batista amplia a volatilidade. Depois de despencar 31,3% na segunda-feira, e abrir em baixa de mais de 10% ontem, o principal papel da JBS fechou em alta de 9,53%.

Apesar da reação parcial, o futuro da empresa e dos negócios reunidos em torno da J&F começa a preocupar. A empresa tem dívida pesada (gráfico). Para administrá-la, contou com apoio de instituições públicas – BNDES, Caixa e fundos de pensão. Essa fonte secou.

Em busca de alternativa de financiamento, preparava-se para lançar ações nos Estados Unidos. Antes da revelação das gravações, havia anunciado a suspensão, diante da flutuação das cotações. A exposição fez com que lentes se focassem sobre os dados de balanço – e os que não aparecem.

Um empresário que conhece o grupo relata que sempre houve percepção de excesso de alavancagem (endividamento) e de ativos sobreavaliados. Sem acesso à obtenção mais normal de crédito, as empresas do grupo, na melhor das hipóteses, terão de passar por uma reestruturação.

A essa altura, serão poucos os investidores dispostos a aportar recursos na empresa investigada em cinco operações da Polícia Federal, que negocia acordo de leniência com potencial de valor recorde. Para manter os negócios operando, os controladores podem vir a ser obrigados a vender partes não essenciais do grupo, especialmente as que foram desenvolvidas em paralelo ao setor de alimentos. Na noite de segunda-feira, a JBS afirmou, em nota, que “operações continuam em ritmo normal” e “a empresa tem situação financeira robusta”. O mercado se pergunta até quando.

VOLATILIDADE NÃO DOMINA SÓ A BOLSA E O DÓLAR NO BRASIL. NA MADRUGADA DE ONTEM, O BITCOIN TEVE PERDA DE 10%, EQUIVALENTE A US\$ 200. PARTE FOI RECUPERADA LOGO DEPOIS. O ECONOMISTA FERNANDO ULRICH CONSIDERA ESSE MOVIMENTO NATURAL. AUTOR DO LIVRO BITCOIN: A MOEDA NA ERA DIGITAL, AVALIA QUE AS VARIAÇÕES BRUSCAS DIMINUÍRAM NOS ÚLTIMOS ANOS. A ALTA RECENTE ESTÁ RELACIONADA À REGULAÇÃO NO JAPÃO E A INCERTEZAS POLÍTICAS NOS EUA E NO BRASIL.



MEIRELLES TENTA FAZER A ESFINGE

Um dia depois de ter dado a entender que ficaria no cargo mesmo caso houvesse mudança na Presidência, e que as reformas passariam com ou sem Michel Temer, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, resolveu vestir o figurino de esfinge, ao menos em público. Com o nome em todas as listas de eventuais substitutos do “chefe” atual, ontem ouviu perguntas sobre o tema. Limitou-se a sorrir.

Em meio ao quase consenso sobre o risco de que a mais recente onda de crise política quebre a perspectiva de melhora na economia, o ministro saiu-se com uma frase que resume o que pensa o empresário: “A última coisa de que precisamos agora é a economia começar a ter problemas por causa das questões da arena política”. E, como se precisasse, afirmou que mantém “agenda ativa e reuniões intensas”.

SAÍDA DO FUNDO DO POÇO será, na melhor das hipóteses, mais longa. Instituições financeiras começam a revisar as projeções de crescimento para este e o próximo ano. A gaúcha Quantitas, por exemplo, rebaxou a estimativa para 2017 de 0,8% para 0,3%, e a para 2018, de 2,3% para 1,8%. Justificativa: efeito da crise na confiança e, em consequência, na propensão a investir.

PARENTE FICA?

Outro que vem sendo citado nas listas de eventuais sucessores de Temer, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, aproveitou a comunicação interna usual com os funcionários da estatal para se posicionar sobre a hipótese: “Especulações sobre minha saída para qualquer outro cargo não são por mim autorizadas, não foram por mim estimuladas e não representam a minha vontade”. Se o objetivo era ganhar visibilidade, conseguiu. Parente assegura que pretende cumprir o mandato até abril de 2019.

CHEGOU A VEZ DE PETRY NA FIERGS

Nos dois mais recentes processos de sucessão, ele havia batido na trave. Ontem, Gilberto Porcello Petry foi eleito, em chapa única, para a presidência da Federação do Centro das Indústrias do Estado (Fiengs/Ciengs) até 2020. Toma posse no dia 18 de julho.

– Nesse processo, a pessoa pode ter interesse, mas se os companheiros acharem que não serve, não vai – comentou Petry.

Ele havia sido cotado na eleição de Paulo Tigre e na de Heitor Müller, mas foi convencido a esperar.

– Oposição é boa em partido político e clube de futebol, quando não está indo bem. Esse tipo de entidade não pode rachar – afirmou.

Embora assuma a representação da indústria no Estado em momento de alta incerteza, Petry avalia que a turbulência “faz parte”.

– É muito melhor pegar o país bombando. Estava se encaminhando para isso, mas deu zebra. Agora, o essencial é fazer uma reforma política muito rápida, porque não é possível governar com 28 partidos no Congresso.

OPINIÃO DA RBS

FARINHAS DO MESMO SACO

O clima de caos político em Brasília tem efeitos colaterais perversos. Um deles é a generalização. Aos olhos do país de hoje, todos os políticos são corruptos. Não é verdade. Esse tipo de matriz de pensamento gera a erosão da esfera pública e abre espaço para manobras antidemocráticas, materializadas, por um lado, em tentativas de mudanças casuísticas das regras do jogo e, por outro, no fortalecimento de discursos fascistas.

É erro pensar que o problema é a política. Na verdade, a política é a única solução. Não está que aí está, contaminada pela corrupção e pela promiscuidade entre entes públicos e privados. Nesse cenário de profunda desqualificação dos parlamentos e da vida partidária, cria-se uma situação nociva aos interesses coletivos do país. Homens e mulheres de reconhecida capacidade se afastam do

ambiente eleitoral, deixando aos brasileiros um caldo ralo e inconsistente de opções.

É preciso qualificar a política, criando regras transparentes e pensadas para o interesse comum, resgatando, assim, vocações desviadas hoje para outras áreas. O vácuo é um convite aos aventureiros, aos falsos messias e aos aproveitadores. Formadores de opinião e todas as pessoas que trabalham por um futuro viável para o Brasil

precisam, nesta hora, de mais racionalidade e de menos emoção.

As eleições de 2018 se aproximam. Aconteça o que acontecer até lá, é fundamental que os brasileiros cheguem às urnas com o máximo de serenidade e de possibilidades qualificadas de escolha em todos os níveis ideológicos. Essa não é uma tarefa para um juiz, para um promotor, um jornal ou um presidente. Esse é um desafio de cada um e de todos nós.



A INFÂNCIA FRATURADA

O desenho de um garoto de 10 anos mostrando armas e uma cabeça estourando – encontrado em recente operação policial em Porto Alegre – dá forma a um aspecto pouco debatido da violência. Os danos da criminalidade atingem todos os gaúchos indiscriminadamente, mas há uma parcela oculta da população que merece atenção especial e imediata, enquanto é tempo: a composta por crianças expostas ao crime num dia a dia quase sempre associado à miséria.

Se uma das alternativas mais eficazes contra a violência é a prevenção, a sociedade e a rede oficial

de amparo não podem permitir que o mundo infantil de um contingente tão expressivo de gaúchos continue a ser corrompido sistematicamente. Cidadãos criados num ambiente hostil não estão condenados, necessariamente, a se tornarem violentos – muito menos integrantes de grupos de extermínio, responsáveis por decapitações e esquartejamentos, como o visado pela recente ação na Capital. Ainda assim, precisam de cuidados, que não vêm tendo, para aprenderem a discernir arte e brincaadeira da realidade.

Como adverte uma das entrevistas

tadas na reportagem sobre o caso, quem reproduz no papel uma metralhadora, revólver, pistola, espina, guarda, machado, facão, um projétil e uma pessoa baleada pode estar só projetando vivências, mas também gritando por socorro. E o período da infância é para ser dedicado ao estudo e a brincadeiras saudáveis, não a situações tão aflitivas.

A perspectiva de um cotidiano menos violento depende em muito da capacidade de os gaúchos garantirem um futuro para essas crianças, impedindo que migrem para o crime.

ARTIGO

DIÁLOGOS NADA REPUBLICANOS

LÚCIO SANTORO DE
CONSTANTINO
Criminalista e doutor em Direito
lucioconstantino@gmail.com



São no mínimo curiosas as reações de diversos políticos, que se apresentam como arautos do comportamento eticamente correto, quando deparam com a publicidade de gravações feitas às escondidas de seus diálogos nada republicanos e firmados no âmbito da privacidade. Respostas recheadas de alegações de ilegalidades formais em face do caráter de gravação clandestina ou de existência de edições e carências de contextualização, entre outras, são as mais comuns atualmente.

Contudo, é de se lembrar que o registro furtivo promovido unilateralmente por um dos interlocutores, de uma regular conversa entre pessoas que se aceitam como comunicador e receptor e agem com livre expressão de pensamento, mesmo que no âmbito da privacidade, tem sido admitido pelos tribunais pátrios.

Por certo, a gravação de conversa amigável, feita por um dos que participam do diálogo e de forma clandestina, pode até ser criticada pela violação dos princípios e valores comportamentais morais, pois tal conduta não se harmoniza com o que se espera de uma relação amistosa. Porém, não há que se confundir esse

Não há restrição no âmbito da lei penal à gravação feita por um dos interlocutores

comportamento com aqueles descritos pela lei como efetivamente desregulados. E aqui é oportuno o exemplo da interceptação telefônica, a qual depende de diversos pressupostos, notadamente autorização judicial, para se firmar no âmbito da legalidade.

De outra banda, com relação à argumentação de edições, basta se examinar a parte da conversa gravada que não se apresenta manipulada, para se saber se existe contextualização. Pois a mera existência de edições, seja antes ou depois, trata-se de defeito que pode ser afastado, mas que não compromete o trecho da comunicação, quando o mesmo resta exposto de forma cristalina e com limpa lógica interpretativa do objeto e de sua situação.

Nessa esteira, pode-se afirmar que não há restrição no âmbito da lei penal pátria e do atual Estado democrático de direito junto à gravação feita por um dos interlocutores do diálogo oculto.

Grupo **RBS**

Presidente
Eduardo Sirotsky Metzger

CEO Mídias: Claudio Toigo Filho
CEO e Bricks: Fábio Bruggioni
Diretora de Estratégia: Luciana Antonini Ribeiro

Conselho de Administração

Carlos Metzger
Olaudio Thomaz Lobo Sander
Eduardo Sirotsky Metzger (Presidente)
Gerardo Corêa
Jayme Sirotsky
Marcelo Sirotsky
Neilson Pacheco Sirotsky
Pedro Sirotsky

Presidente Emérito:
Jayme Sirotsky

Fundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Diretoria Executiva Mídias

Presidente-executivo:
Claudio Toigo Filho

Produto e Operações: Andriara Petterle

Mercado: Marcelo Pacheco

Marketing: Marcelo Leite

Editorial: Marcelo Rech

Finanças e Controladoria: Ibaner Polêsso

ZH

Fundada em 4 de maio de 1964

Diretora de Redação
Marta Gleich

Diretor de TI e Operações
Pericles Congo

Gerente Executiva de Assinaturas
Joia Portella

zerohora.com.br

ARTIGOS

NOVOS TEMPOS REGRESSIVOS E OBSCUROS

ADÃO VILLAVERDE
Professor, engenheiro e deputado estadual (PT-RS)
villaverde@al.rs.gov.br



Imaginemos uma aldeia em torno de uma fogueira agradecendo, com danças e cantos, àqueles entre os seus que produziram os rudimentares conhecimentos, a primitiva ciência e tecnologia, que estava na base de toscos instrumentos de agricultura e caça.

Foram esses fogos que iluminaram a travessia do gênero humano da barbárie para a civilização. E a reafirmação do nosso compromisso com o conhecimento é celebrada com o processo civilizatório e a dimensão ética da história humana.

Até aí, talvez tenhamos acordo, mas, quando agregamos a perspectiva crítica do conhecimento, parece que aquele aspecto de rebeldia e de inconformismo do saber diante de uma realidade que se pretende indiscutível, por-

tadora da última e da penúltima palavra, incomoda muitos. Pois questionar uma realidade, emudecida de formulações teóricas e esvaziada de conceitos, que diz saber tudo sobre tudo, e, o que é infinitamente mais perverso, sobre todos, perturba mais ainda.

De fato, nossos tempos já não admitem essa capacidade crítica, preferindo conformar-se diante do estabelecido; é o espírito que marca essa era regressiva e obscura. A opção é a simplificação da proclamação do fim das utopias, afigurando-se, portanto, como um epítáfio redigido sobre a lápide da capacidade crítica do saber.

Enquanto isso, a dita modernidade vai configurando-se como uma nova barbárie, revelando seres humanos identificados com a inocência selvagem de que os fins justificam os meios e que estamos

num mundo do vale-tudo. Abrigados na difusa, pretensiosa e não menos mitológica autoridade do neoliberalismo. Que encerra o reino acrílico das mercadorias sem admitir a capacidade crítica do conceito, fundamental legado iluminista que produziu e reproduziu também as utopias, que certamente implicam o processo da razão e do humanismo.

Esses podem sempre deixar sequelas de lucidez, como uma cicatriz aberta no dorso fosforescente e conformista de um mundo onde sonhos e utopias se confundem com medíocres desejos de consumo.

E, assim, brutaliza-se a vida cotidiana, tornando-se cega, seja diante de um crepuscular anoitecer sobre o Guaíba, seja diante da original delicadeza da paisagem outonal dos vinhedos gaúchos.

CUMpra-SE A CONSTITUIÇÃO

FÁBIO OSTERMANN
Cientista político, professor, presidente estadual do Livres/PSL
fabio@psl.org.br



Michel Temer tem muito a explicar à sociedade brasileira. Seu nível de envolvimento com crimes graves contra a integridade das nossas instituições é incompatível com a posição de um presidente da República. A se confirmar sua provável saída, deixa de ser mera conjectura a discussão sobre como deve se dar o rito sucessório nesta situação inédita de vacância de presidente e vice no mesmo mandato.

Felizmente, o artigo 81, parágrafo primeiro, da Constituição é claro: "Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita 30 dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei". Ou seja, na hipótese de impeachment, renúncia, cassa-

ção ou morte de presidente e vice, transcorridos mais de dois anos de mandato, a eleição é indireta. A regra é clara. Muito embora o recém-modificado art. 224 do Código Eleitoral esteja em conflito com a Constituição no que diz respeito aos casos de cassação, a norma constitucional deve, em regra, prevalecer frente às normas infraconstitucionais.

Há de se ter muita cautela, portanto, em relação a certos pleitos pela antecipação das eleições diretas presidenciais, já marcadas para outubro de 2018. Democracias sólidas são feitas de regras procedimentais previsíveis e estáveis. Não podemos permitir que aqueles que historicamente sempre desprezaram nossas instituições pautem o debate motivados por interesses elei-

toreiros de curto prazo. Além de ser casuístico, antecipar a eleição demandaria a aprovação de uma PEC que teria de tramitar de forma suspeitamente expressa ou um malabarismo hermenêutico por parte do STF para justificar que o Código Eleitoral se sobreponha à Constituição no que toca à hipótese de cassação da chapa.

Confirmando-se a saída de Temer, que tenhamos respeito pela regra constitucional estabelecida anteriormente, prevenindo justamente situações críticas como a atual. E que a sociedade pressione o Congresso para eleger um nome que pacifique o país e permita que naveguemos em águas menos turvas e turbulentas pelos próximos meses. Portanto, Fora, Temer. E indiretas já!

IOTTI

iotti@iotti.com.br



RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia
carolina.bahia@gruposbs.com.br
@Carolina_Bahia

Via outros colunas em
zerohora.com/
carolinabahia

Congresso mira o pós-Temer

Um assunto domina os bastidores do Congresso na tumultuada volta aos trabalhos: quem substituirá Michel Temer em uma eleição indireta. Restaram poucos defensores do presidente da República. Ontem, o deputado **Jones Martins** (PMDB-RS) discursou por 10 minutos a favor de Temer, que chegou a ligar para agradecer. A maioria não quer se vincular ao presidente.

Assim, o que vem sendo construído com discrição é uma alternativa de poder imediata, fruto de um grande acordo, em um cenário no qual o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá cassar a chapa Dilma-Temer. Essa é a aposta de políticos e empresários, que enxergam na cassação uma saída honrosa. Temer deixaria Brasília por um crime eleitoral, capitaneado por **Dilma Rousseff**, e não por corrupção.

E quem seria esse nome, fruto de uma concertação? O ex-ministro **Nelson Jobim** e o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), estão no topo da lista, desde que

assumam o compromisso de manter a equipe econômica e levar adiante as reformas. Jobim circula com tranquilidade entre diferentes setores. Conversei bem com **Lula** e **Fernando Henrique Cardoso**, conta com a confiança do empresário e do Judiciário. Ele, no entanto, não tem votos no plenário da Câmara. Precitaria de alguém para articular apoio. Maia tem os votos – inclusive na oposição, com apoio do PC do B – mas está na Lava-Jato. Na lista da Odebrecht, ele é o Botafogo. Mas já existe um grupo de deputados defendendo a candidatura do democrata. Quem resistir, enxerga desgaste logo adiante.

A gente elege um cara que está na Lava-Jato e daqui a um mês ele vai para a marca do pênalti. Ficamos com o mesmo problema – argumentava ontem um deputado.

Quando o senador **Renan Calheiros** (PMDB-AL), o maior equilibrista da República, defende abertamente a renúncia de Temer, como fez na Rádio Gaúcha, é porque já identificou o fim da linha.

Colaborou Silvana Pires

OPINIÕES ONLINE

Marisa Piedras, professora:
"Devemos sonhar? Devemos reconstruir? Mas o quê?"

Raul Linhares, advogado, diz
que a política é dominada pela
tragédia, coberta por traições



Artigos devem ter até 2.100 caracteres. Os textos assinados não representam a opinião do Grupo RBS.
zhora.co/Opiniaozh @artigozh@zerohora.com.br @Opiniaozh



APROVEITE AS OFERTAS
EXCLUSIVAS DE CANOAS.

McKee even
canas.com.br

POLÍTICA

Curta o Correio no Facebook
fb.com/correiodopovo

CORREIO DO POVO

O jornal que vai direto do ponto



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

As peças no tabuleiro

Em meio à tentativa do governo de esboçar reação na recomposição da base de sustentação no Congresso Nacional, vai se fechando ainda mais o cerco contra o presidente Michel Temer. O baque de ontem veio por meio da Operação Panatenaica, que investiga propinas e fraudes em licitações nas obras do Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, reformado para a Copa do Mundo de 2014. Um dos alvos da operação foi Tadeu Fillipelli, assessor especial da Presidência da República. Preso temporariamente, Fillipelli teve bens no valor de R\$ 5 milhões bloqueados. Ele foi demitido do Planalto horas depois. Os ex-governadores do Distrito Federal Agnelo Queiroz, do PT, e José Roberto Arruda, do PMDB, foram presos temporariamente na mesma operação e tiveram R\$ 10 milhões, cada um, bloqueados pela Justiça. Paralelamente aos desdobramentos policiais, a ofensiva do Planalto e de Temer, pessoalmente, além do terreno político, também se dá sobre o empresariado, que tem interesse no avanço das reformas, mas sustenta dúvidas sobre as condições do peemedebista em continuar conduzindo o processo. Considerado essencial para a manutenção de Temer no cargo, o PSDB que havia estabelecido a manifestação do Supremo para definir pela permanência ou não na base do governo, agora aguarda pelo Tribunal Superior Eleitoral, que em 6 de junho retoma o julgamento da ação que pede a cassação da chapa Dilma Rousseff/Temer para se definir. A cautela dos tucanos não prioriza a estabilidade brasileira, mas visa a evitar rompimento traumático com o PMDB, que pode ser decisivo para os planos do PSDB não apenas para o caso de uma eleição indireta, mas também para a sucessão presidencial de 2018.

Histórico

Preso ontem pela manhã, Fillipelli é presidente do PMDB do Distrito Federal. Detalhe: seu primeiro vice no comando do partido é o ex-deputado Odilon Aires, condenado a nove anos e quatro meses de prisão em regime fechado em processo da Operação Caixa de Pandora. A sentença, por corrupção passiva, é do dia 5 deste mês.

Na trincheira

Líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros está mais para líder da oposição. O peemedebista defendeu ontem a suspensão da tramitação da reforma trabalhista e a renúncia de Temer.

Parecer pela extinção

Elton Weber, do PSB, protocolou parecer favorável ao projeto que determina a extinção da previdência especial dos deputados na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia. A proposta tem autoria de Jefferson Fernandes, do PT. A expectativa é a de que o parecer seja votado em reunião na próxima terça-feira. Para isto, no entanto, será preciso garantir o quórum.

União para garantir recursos à segurança

Para não perder mais de R\$ 11 milhões em recursos federais de emendas da bancada gaúcha à segurança na Região Metropolitana, o presidente da Granpal e prefeito de Canoas, Luiz Carlos Busato, do PTB, fez um chamado aos prefeitos vizinhos. Na próxima semana se encerra o prazo para a entrega de projetos, comunicado pelo secretário estadual de Segurança, Cezar Schirmer. Visando não pulverizar a verba em ações isoladas, Busato está propondo projeto integrado de cercamento eletrônico em corredores estratégicos entre os municípios. Os secretários municipais de segurança participam de reunião amanhã, na Granpal, para tratar do tema.

APARTES

■ O prefeito de Rio dos Índios, Salmo Dias de Oliveira, do PP, será eleito hoje como novo presidente da Famurs. Salmo substituirá o presidente Luciano Pinto, na direção da entidade. A posse da nova diretoria ocorre em 6 de julho, durante o 37º Congresso de Municípios do Rio Grande do Sul.
■ Será publicada nesta semana, no Diário Oficial da União, nova portaria mantendo em US\$ 300 a cota limite para compras em free shops terrestres livres de impostos. A medida reválida os termos da portaria atual, prorrogando o valor do teto por pelo menos 12 meses, ou até que a regulamentação da Lei dos Free Shops, aprovada em 2012, saia do papel. Caso a nova portaria não fosse editada, o valor máximo cairia para US\$ 150. Em meio à crise que atinge o governo, a informação foi confirmada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, ao deputado Frederico Antunes, que é presidente de Frente Parlamentar sobre o tema.

DELAÇÃO DA JBS

'Não fiz dinheiro na vida pública', diz Aécio

Senador do PSDB afastado afirma que foi vítima de uma encenação feita por 'um criminoso'



Minha vida virou pelo avesso', declarou o senador em vídeo nas redes sociais

O senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) gravou ontem, pela primeira vez, um vídeo para seus eleitores após a delação de Joesley Batista, da JBS, que culminou com seu afastamento do Senado e a prisão de sua irmã, Andrea Neves.

Em uma fala de quatro minutos, ele afirmou que recorreu ao empresário da JBS para vender um apartamento de sua família no Rio de Janeiro porque "não fez dinheiro na vida pública".

"Há cerca de dois meses eu pedi à minha irmã, Andrea, que procurasse o senhor Joesley e oferecesse a ele a compra de um apartamento onde minha mãe vive há mais de 30 anos. Com parte desses recursos eu poderia pagar minha defesa. Fiz isso porque não tinha dinheiro. Não fiz dinheiro na vida pública", afirma.

Em outro trecho, ele diz que Joesley ofereceu outro caminho e armou uma "encenação" ao oferecer empréstimo de R\$ 2 milhões. "Fui vítima de armação

conduzida por réus confessos. Sempre respeitei cada voto que recebi. Nos últimos dias, e vocês podem imaginar, minha vida virou pelo avesso".

Por fim, o senador tucano faz uma autocrítica. "Tenho que admitir que errei, e isso me corroi as vísceras. Em primeiro lugar por ter permitido que minha irmã se encontrasse com um cidadão cujo caráter todo o Brasil conhece. Em segundo, ao utilizar, mesmo em conversa particular, um vocabulário que não costumo usar, e por isso peço desculpa. Meu maior erro, porém, foi me deixar enganar numa trama montada por um criminoso. Os criminosos são aqueles que enriqueceram às custas do di-

neheiro público e agora vivem no exterior zombando dos brasileiros", avalia Aécio.

No dia 18 de maio, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, mandou prender a irmã e um primo do tucano a partir de acusações feitas pelo empresário Joesley Batista, da JBS, em delação firmada com o Ministério Público Federal. Joesley relatou encontro com o senador realizado no dia 24 de março em um hotel em São Paulo. Na ocasião, segundo a investigação, Aécio pediu R\$ 2 milhões a Joesley alegando que precisava de recursos para pagar sua defesa na investigação — o senador é alvo de seis inquéritos no Supremo.

FGTS

Aprovada MP que permite saques

Após mais de seis horas de debates entre a base aliada e a oposição, a Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base da MP 763/16 que permite o saque de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A votação foi possível após um acordo com partidos de oposição, que mesmo observando a votação, disseram que iriam votar favoravelmente.

A MP é o primeiro projeto a

ser aprovado no plenário da Casa após a divulgação das denúncias envolvendo o presidente Michel Temer. Depois da Câmara, a medida ainda precisa ser votada pelo Senado até quinta-feira da próxima semana ou perderá a validade. A proposta dá a todo trabalhador que pediu demissão ou teve o contrato de trabalho encerrado com justa causa até 31 de dezembro de 2015 o direito ao saque das contas inativas

do FGTS. Na última rodada, realizada neste mês, a Caixa pagou R\$ 24,4 bilhões aos beneficiários, na terceira rodada de saques de contas inativas do Fundo de Garantia, até o dia 16.

Na sessão, partidos da oposição, incluindo PT, PCdoB, PDT, PSOL, Rede e PMB, chegaram a tentar impedir a votação da MP com a apresentação de vários requerimentos protelatórios, mas apoiaram o mérito.

INSPEÇÃO ESPECIAL

TCE abre investigação sobre TVE

O Tribunal de Contas do Estado acionou a abertura de inspeção especial sobre a Fundação Piratini e a Associação dos Amigos da instituição que administra as concessões públicas da TVE e da Rádio FM Cultura. A investigação foi autorizada pelo conselheiro Iradir Pietroski, em atenção à representação do Ministério Público de Contas, que encaminhou a solicitação com base em denúncias feitas por servidores estaduais.

Estão sob diligência do TCE o exame de algum impedimento contra a atuação do Conselho Deliberativo da entidade, de suposta irregularidade na nomeação de cargos em comissão em cargos vagos no quadro de servidores e de suposta irregularidade no Acordo de Cooperação com a Associação dos Amigos da Fundação, além da análise sobre captação e gestão dos recursos públicos pela associação.

Questionado sobre o procedimento instaurado pelo TCE, o presidente da Fundação Piratini, Orestes de Andrade Júnior, afirmou ontem que a entidade ainda não foi notificada, mas considerou que "a fiscalização será oportunidade para demonstrar a transparência na condução da Fundação", comentou. Segundo ele, a atual gestão já promoveu investimentos na ordem dos R\$ 270 mil.

CORRIDAS UNIMED 2017

Diapa - Unimed Região da Fronteira - São/Área da Livramento
28/05 às 10h00 - Largada - Sede Unimed Região da Fronteira
Av. 24 de Maio, nº 1015

CORRIDA DE PULGA E CORRIDA

Unimed
Rio Grande do Sul



JUREMIR MACHADO DA SILVA

juremir@correiodopovo.com.br

O homem que comprou a República

A inodéstia, por vezes, é uma obrigação moral. Tudo o que este humilde escriba disse nos últimos anos se confirmou. Muitos, por impossibilidade ideológica de perceber nuances complexas, não compreenderam o que estava sendo dito. A direita tentou construir uma narrativa simples: a esquerda teria inventado a corrupção no Brasil. Esse truque foi aplicado com êxito em 1954, em 1964 e 2016. Mas não passava de uma mistificação. O petismo entrou no jogo. Tornou-se parte do clube. Como era óbvio, PMDB e PSDB eram grandes players – palavra do gosto do mercado – da corrupção. Michel Temer, mandachuva peemedebista, não podia não saber das falcatruas operadas nas sombrias.

Temer não apenas sabia como, segundo seus delatores, comandava cem por cento dos negócios e guardava uma parte para uso pessoal. Joesley Batista transformou a delação de Marcelo Odebrecht em brincadeira de criança. O dono da JBS acrescentou ao seu relato um item que andava fora de moda: a prova cabal. Graçou Michel Temer num encontro na calada da noite e para complementar apresentou notas e planilhas. Repito: o título da obra pode ser: “Um gangster no Jaburu”. Qual? A esquerda não sai menos enovilhada do episódio. Pode, ao menos, saborear o fim de uma mitologia que liudi a parte mais ingênua da população brasileira, aquela que se vestiu de verde-amarelo, fazendo de Aécio Neves paladino da modernidade e de Michel Temer uma solução conveniente e um reformista sustentável.

Joesley Batista comprou e sepultou a República. Os senhores do PIB, que amavam Aécio e empossaram Temer, já articulavam a candidatura do ministro da Fazenda Henrique Meirelles para a presidência da República. Aviso aos incautos: Meirelles foi até 2016 braço direito da JBS. No grande teatro da hipocrisia, movimentos que se tornaram conhecidos na defesa da defestação de Dilma não foram às ruas no domingo pedir a saída de Temer. Kim Katagiri, líder do MBL, declarou pateticamente na Rádio Gaúcha: “Vamos ver se existe de fato uma prova mais contundente contra Temer, ali pressionaremos com mais força os deputados”. Caiu a máscara. A luta nunca foi realmente contra a corrupção, mas contra o petismo e sua ideologia dita assistencialista.

Ao contrário do que imaginavam os apressados, a corrupção generalizada não unificou o Brasil. Boa parte dos que se manifestavam contra a corrupção no governo Dilma não encontraram razão suficiente para voltar ao espaço público e pedir a saída de Temer. O mercado ainda reflete. O seu negócio são as reformas. Se der para aprová-las com Temer, seguirá o baile de máscaras. Não dará. O aliado de hoje será rifado amanhã. O Brasil está nas mãos do TSE de Gilmar Mendes, que, em junho, poderá cassar a chapa Dilma/Temer e desligar os aparelhos que seguram o desgastado. O Judiciário e o MP tiveram o seu quinhão: um procurador e um juiz, “segurados” por Joesley. Críticos da dissimulação aderiram ao “eu não sabia”. Até alguns gaúchos, tchê!

Oportunidade contra a corrupção

Tudo o que o país vem vivendo, com tantas crises correndo a normalidade democrática, necessariamente terá que resultar numa Nação com menor desigualdade social e econômica. Atualmente, grande parte das verbas estão indo pelo ralo da corrupção enquanto saúde, educação, saúde, saneamento e segurança pública estão sob contingenciamento, para usar uma palavra da moda, que nada mais são do que tesouradas nessas rubricas tão importantes.

Hoje em dia, diante da situação conturbada da vida pública nacional, não são poucos os juristas e personalidades que afirmam que qualquer saída deve obrigatoriamente observar o que está escrito na Constituição federal. E isso porque a Carta Magna é o documento básico para orientar a vida

institucional do país. As leis e as condutas de todos os brasileiros, tanto no setor público como no setor privado, precisam estar sob sua égide. E é exatamente a Constituição que estabeleceu um Estado de Bem-Estar Social, com um poder público voltado para atender à população nas suas necessidades básicas.

Não obstante a inflexão social impressa em vários dispositivos constitucionais, essa diretriz vem sendo sistematicamente minada pela corrupção, que ameaça conquistas e os direitos da coletividade de receber a devida prestação de serviços essenciais. No momento em que tanto se busca um novo rumo para o país, enfrentar com efetividade a corrupção é propiciar as condições para que as verbas do Erário sejam usadas com probidade e finalidade social.

EDITORIAL

CHARGE
TachoARTIGO
Thiago Duarte*

Gestão eficiente na saúde

O desafio dos gestores em grande parte constitui-se em gerir o conflito mais básico da economia, a permanente escassez de recursos contraposta a crescente demanda por mais produtos e serviços. A saúde pública não apresenta-se de forma diferente. Eficiência na gestão e a redução de desperdícios essenciais dentro de empresas, nos nossos lares e claro também o é nas unidades de saúde. Porto Alegre desperdiça 30% das consultas marcadas. Ou seja, 3 a cada 10 consultas marcadas simplesmente não acontecem. Os motivos na maioria dos casos estão ligados à falta de comunicação e à dificuldade de acesso ao local da consulta. Especializada, o paciente não fica sabendo em tempo hábil sobre a consulta, não existe um sistema que auxilie os pacientes a terem com mais facilidade e antecedência a informação sobre a consulta, seu local e horário.

A distância também é fator que contribui para a ausência dos pacientes nas consultas. Em muitos casos, especialmente aqueles ligados a especialidades, se propõe ao paciente consultas marcadas em locais muito distantes de sua residência, sem a regionalização

adequada do sistema. Porto Alegre começa nas ilhas dos Guaíba estendendo-se até o Lami. Um deslocamento de uma área a outra da cidade pode envolver distâncias de horas e quase uma centena de quilômetros. Esta situação poderia ser contornada se houvesse melhor gestão na marcação de consultas.

Na era da tecnologia da informação processada por computadores que hoje estão nas mãos de vastas camadas da população, através de smartphones e celulares se poderia reduzir a níveis muito baixos a ausência nas consultas. Entre-gadores de pizza e taxistas competem com aplicativos excelentes e disponíveis gratuitamente para celulares, fornecem seus serviços e produtos de forma muito mais eficiente do que as consultas na rede municipal de saúde da Capital. Poderíamos até mesmo fazer um concurso que premiasse estudantes de programação para que propusessem, à cidade, aplicativos para solucionar uma situação de desperdício e falta de comunicação que custa caro para os cofres públicos e compromete a saúde das pessoas. Mas por enquanto este aplicativo está só no campo das elucubrações. E Porto Alegre continua transformando doenças curáveis em incuráveis.

* vereador

DO LEITOR
Renato Panatieri

Muito grave

Quando se esperava que o país, mesmo diante de tanta roubalheira, reencontraria o caminho do crescimento econômico com redução, ao menos, do alarmante desemprego, eis que fatos ainda mais graves surgem. O presidente Temer está sem ambiente para continuar. Em renunciando ou por impedimento declarado haverá eleição indireta para completar o período, podendo concorrer qualquer pessoa, conveniente saibamos, desde que ficha limpa, única exigência legal. Alguém dirá, “por esse Congresso”. Precisamos estar vigilantes, porque sempre os maiores castigados. Como sempre, o povo sofrido pagando a conta!

Jorge Lisboa Guelzer, Erechim

Verbas da Saúde

A premissa de fazer do Brasil um Estado de bem-estar social, prevista na Constituição, está ameaçada. A proposta do governo Temer de alterar a Constituição para congelar, por duas décadas, os investimentos em saúde e educação, entre outros gastos públicos, foi aprovada na Câmara. Após um banquete oferecido a deputados pelo presidente na véspera, 366 votaram a favor da chamada PEC 241. 58 acima do necessário. Uma surpresa de última hora acrescentou ainda o SM como item sujeito a congelamentos por 20 anos, sem aumentos reais. A PEC 241 além de ameaçar ganhos reais no salário mínimo, é uma condenação de morte para milhares de brasileiros.

Danilo Guedes Romeu, Porto Alegre

Cinema Capitólio

Um espaço da cultura de excelência entregue à comunidade, com foco mais forte no cinema e na música, vem obtendo o reconhecimento, pela grande frequência de público. Um dos projetos ali abrigados com enorme aceitação é o “Concertos Capitólio”, um espetáculo musical mensal franqueado, contemplando a diversidade de gêneros e estilos, tal como pudemos conferir no decorrer do ano de 2016, está interrompido desde abril. Creio que um projeto com tal conteúdo e qualificação artística, de formação de plateia e inclusão sociocultural é uma das ações de melhor relação custo/benefício da Secretaria Municipal de Cultura. A comunidade cultural espera e acredita na sensibilidade do secretário para a imediata recolocação deste projeto nos trilhos.

José Mariano Bersch, Porto Alegre

GRUPO RECORD RS
PRESIDENTE: Reinaldo Gili | presidencia@gruporecordrs.com.br

CORREIO DO POVO
FUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1888
EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JUNIOR

DIRETOR PRESIDENTE: Sidney Costa | costa@correiodopovo.com.br
DIRETOR EXECUTIVO: Cleber Nascimento Dias | cnascimento@correiodopovo.com.br
DIRETOR DE REDAÇÃO: Telmo Ricardo Borges Filar | telmo@correiodopovo.com.br
DIRETOR COMERCIAL: João Müller | jmueller@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Fone (51) 3215-1006
atendimento@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO PRESENCIAL
Rua Carlos Junior, 215 - Porto Alegre, RS
CEP 91001-900 | Fone: (51) 3215-4111

REDAÇÃO
Rua Carlos Junior, 215 - Porto Alegre, RS
CEP 91001-900 | Fone: (51) 3215-4111

FIILADO:
ANJ

COMERCIAL
Atendimento às Agências
Fone (51) 3215-1006

Telefones
Fone (51) 3215-1006
atendimento@correiodopovo.com.br

OPC
Operação Comercial
Fone (51) 3215-6101, ramal 6172 e 6173
opc@correiodopovo.com.br

Impresso simultaneamente nos parques
gráficos de Porto Alegre e Curitiba

ASSINATURA
Fone (51) 3215-1006
assinatura@correiodopovo.com.br

Planos
Anual R\$ 52,50
Semi-anual R\$ 70,00
Trimestral R\$ 158,00

VENHA AVANÇAR
R\$ 100,00 para assinatura de 12 meses
R\$ 200,00 para assinatura de 24 meses
R\$ 300,00 para assinatura de 36 meses

Opinião

Editor: Roberto Brenol Andrade
opinioao@jornaldocomercio.com.br

Repactuação da dívida pode ser o início do fim da crise

Finalmente, ocorreu a sanção presidencial da lei que institui o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) entre a União e os estados endividados. Em consequência, o governo estadual está se mobilizando para acelerar a adesão ao plano com a maior brevidade possível.

Por isso, o secretário estadual da Fazenda, Giovanni Feltes, vai se reunir com a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, para iniciar as negociações.

Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os estados em situação de calamidade financeira. O RRF prevê a suspensão do pagamento da dívida com a União nos próximos três anos. Porém, há fortes contrapartidas como exigências, quase todas para que os estados consigam o equilíbrio financeiro, o que não será fácil, incluindo-se aí o Rio Grande do Sul.

Aqui no Estado, a carência em 36 meses do pagamento da dívida representará

um alívio de R\$ 9,5 bilhões na soma dos três anos. Na avaliação do secretário Feltes, a medida é fundamental para o Estado voltar a pagar as contas em dia.

Não havia outra alternativa, tendo em vista as decisões tomadas para manter um mínimo de serviços básicos funcionando e o pagamento - mesmo parcelado - do funcionalismo. Por isso, pactuar a recuperação fiscal com a União foi a alternativa que restou ao Piratini.

No entanto, se a economia nacional não reagir mais fortemente, o problema persistirá, eis que estamos, praticamente, no meio do ano. Em Brasília, como na Assembleia Legislativa, as propostas de reformas têm que ser debatidas e, se for do consenso da maioria, aprovadas. A crise política não pode e não deve paralisar o País nem o Rio Grande do Sul.

"O governo tem vontade de começar as votações imediatamente, tendo em vista

que o Estado não pode mais esperar", diz o líder do governo na Assembleia, deputado Gabriel Souza (PMDB).

O Executivo tenta garantir na Assembleia os 33 votos necessários para aprovar sete propostas de emenda constitucional (PECs). Uma delas prevê a retirada da obrigatoriedade de plebiscito para privatizar ou repassar para o governo federal a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Sulgás e a Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

Com um déficit de R\$ 8 bilhões projetado para o final de 2018, a alternativa para novos empréstimos depende, segundo o governo estadual, da privatização das estatais do setor de energia, ou seja, as citadas CEEE, CRM e Sulgás, que seriam contrapartidas na mesa de negociação com o governo federal.

Neste ano, missão de técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) levar

to a realidade financeira do Estado e o impacto das medidas adotadas pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) em busca do equilíbrio fiscal. As principais exigências para aderir à recuperação fiscal, na avaliação do secretário Feltes, já estão em vigor.

Mas as exigências federais ao alívio no pagamento da dívida estadual são rígidas, tais como a limitação do crescimento dos gastos correntes, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, e a redução em 10% dos incentivos fiscais. As estatais poderão entrar no pacote.

No entanto, feito o acordo com a União, para assinar a adesão ainda será necessário aprovar na Assembleia Legislativa uma lei específica sobre o acordo.

É uma oportunidade para o Estado ganhar o fôlego e, talvez, dar início ao fim da crise estrutural das finanças. Precisamos de trabalho, ação, gestão e planejamento de médio e longo prazos.

FRASES E PERSONAGENS



BARCELO G. RIBEIRO/IC

sair mais forte dessa crise. O País tem consciência da necessidade das reformas trabalhistas e da Previdência. A articulação política do governo não foi prejudicada pelas recentes revelações feitas pelos donos da JBS, que fizeram delação premiada." **Ronaldo Nogueira (PTB)**, ministro do Trabalho.

"O Brasil é um país de paz social, nossas instituições funcionam, nossos líderes, independentemente do espectro político, têm compromisso com o Brasil. O País passou por tantas outras dificuldades, vai passar por essa e sair mais forte." **Também Ronaldo Nogueira.**

"A Câmara Municipal aprovou minha indicação à EPTC, pelo bloqueio, aos domingos e feriados, do corredor de ônibus da avenida Coronel Aparício Borges, entre as avenidas Oscar Pereira e Bento Gonçalves, para a prática de esportes e recreação da população do bairro." **André Carús (PMDB)**, vereador de Porto Alegre.

"Esses políticos que cometeram ilegalidades devem ser punidos e expulsos dos seus partidos. O Brasil não aguenta mais, os brasileiros estão pagando a conta. Não temos segurança, saúde e educação, porque roubaram muito. Político honesto não enriquece da noite para o dia, política séria se faz atendendo às necessidades do povo." **Mônica Leal (PP)**, vereadora da Capital.

"Temos um momento político difícil, mas não podemos permitir que todo esforço feito na área econômica seja perdido. O esforço para aprovar as reformas deve ser mantido, incluindo a da Previdência. Elas já eram necessárias antes e continuarão a ser necessárias. O Congresso Nacional prestaria serviço relevante ao País se não paralisasse as reformas." **Murilo Portugal**, presidente da Federação Brasileira de Bancos.

"Espero também que a queda dos juros seja mantida no Brasil, a despeito do aumento das incertezas políticas. Não fosse o crédito subsidiado, que representa mais da metade do total de empréstimos no País, o Banco Central poderia praticar uma Selic ainda menor." **Também Murilo Portugal.**

"O presidente Michel Temer (PMDB) vai

IMAGEM DO DIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS/DOUGLASS/IC

Além da Festa Nacional do Doce, a tradicional e anual Fenadoce, Pelotas busca divulgar o mais que pode suas tradições como uma cidade em que sobremesas com receitas deliciosas mais do que centenárias são passadas de geração em geração, para deleite de todos os gaúchos e, com a Fenadoce, também de brasileiros e dos vizinhos uruguaios. Tanto é assim que faz grande sucesso o chamado "Ônibus do Quindim", que percorre as ruas da cidade levando a guloseima, que não há quem não aprecie. Realmente, é uma atração - da qual o motorista faz parte, com justiça, como se observa na foto, com sua contagiante alegria - que simboliza o gosto pelotense pelos doces, seja pelos adultos ou, mais ainda, pelas crianças.

CENÁRIO/REFLEXÃO

Uma mensagem por dia

O rosto mais belo é aquele que se ilumina com um sorriso franco e sincero, pois reflete a beleza da alma e torna as pessoas agradáveis na convivência humana. Um sorriso é capaz de dar ânimo e coragem a um coração triste. Por isso, que sua passagem por este mundo seja repleta de compreensão e ternura para com os demais.

Meditação

Seja sempre portador da alegria de viver.

Confirmação

"É pela graça de Deus que sou o que sou. E a graça que ele reservou para mim não foi estéril; a prova é que tenho trabalhado mais que todos eles. Não propriamente

eu, mas a graça de Deus comigo. (D5,10).

Ser amigável é uma boa maneira de atrair simpatias e criar ambientes favoráveis. Por isso, rezemos: Pai nosso que... Amém.

Rosemary de Ross/
Editora Paulinas

O jornal de economia e negócios do RS
Jornal do Comércio

Diretor-Presidente Mércio Tumelero

Diretor Comercial Luiz G. Borges

Editor-Chefe Pedro Maciel

www.jornaldocomercio.com
direcao@jornaldocomercio.com.br
editorcheefe@jornaldocomercio.com.br

Cia. Jornalística
J.C. Jarros

Fundada em 25/5/1933 por
Jenor C. Jarros
Zaida Jayme Jarros

Conselho:
Cristina Ribeiro Jarros
Jenor Cardoso Jarros Neto
Valéria Jarros Tumelero

Av. João Pessoa, 1282 - Porto Alegre, RS
CEP 91060-001
FAX: (51) 3113.1300
Atendimento ao Autor/Leitor: (51) 3213.1313
Outros telefones na página 34

Política

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Embate político na tribuna marca a sessão plenária

Deputados votaram 11 projetos, nenhum do pacote de reestruturação

Bruna Suplitz

brunas@jornalcomercio.com.br

A crise política nacional determinou o tom dos discursos na sessão plenária de ontem na Assembleia Legislativa, com críticas ao presidente Michel Temer (PMDB) e à maneira como as denúncias foram conduzidas pela Justiça e pela mídia. O Parlamento gaúcho retomou as votações, mas não apreciou nenhum tema considerado polêmico, como as matérias remanescentes do pacote de reestruturação do Estado.

Também as galerias tiveram manifestações políticas. Ocupadas por servidores da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), uma das estatais que fazem parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 259/2016, que pretende retirar a obrigação de realizar plebiscito que autorize a sua venda, o público conversou com deputados e se manifestou especialmente durante as falas de parlamentares governistas.

Dizendo-se "chocado" com a denúncia de que o governador José Ivo Sartori (PMDB) teria recebido dinheiro de propina da JBS, em forma de doação para a campanha eleitoral de 2014, o deputado Pedro Ruas (PSOL) relacionou a doação à concessão de benefícios fiscais a essa empresa, por parte do Estado, no ano de 2016, o que considerou "incabível". "Se não sabia que era propina, agora sabe", completou, pedindo que Sartori se explique sobre o caso. O governador já havia manifestado, por nota, que as doações foram oficiais e declaradas.

Em sua oportunidade na tribuna, o líder governista, Gabriel



Ruas pede que Sartori explique origem de doação de campanha



Souza criticou 'prêmio' concedido a delator na Operação Lava Jato

Souza (PMDB), manifestou apoio à Operação Lava Jato e se disse "surpreendido" com as ações do Ministério Público Federal (MPF) e do Supremo Tribunal Federal (STF), "consagrando um criminoso com o prêmio de uma viagem para Nova Iorque, depois de gravar o presidente e editar o áudio", criticando o acordo de delação premiada do empresário Joesley Batista.

Nesse momento de sua fala, o público nas galerias dirigiu ao deputado gritos de "fora, Temer". Para prosseguir seu pronunciamento, Souza disse que falaria diretamente ao colega Ruas. Em resposta à crítica de que Sartori teria recebido dinheiro de propina, o peemedebista disse que deveria "questionar seu parceiro, Glauber Braga", candidato do PSOL à prefeitura de Nova Friburgo (RJ) na eleição de 2016 e que teria recebido recursos da JBS.

A sessão plenária de ontem aprovou 11 matérias, dentre

as quais o Projeto de Lei (PL) nº 259/2016, do Executivo, que autoriza o Estado a comercializar áreas industriais nos municípios de Cachoeira do Sul, Montenegro e Triunfo. Os recursos dessa transação passam a integrar o orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, para investimentos em áreas destinadas a ocupações industriais de propriedade do Estado e dos municípios.

Também foi aprovado o Projeto de Resolução (PR) nº 8/2016, o qual prevê que o deputado estadual que ocupar o cargo de secretário de Estado poderá optar por receber o subsídio do mandato parlamentar. Atualmente, o deputado que assume a titularidade de uma secretaria mantém o vencimento parlamentar, mas perde o subsídio, pago no mês de dezembro e proporcional ao comparecimento às sessões. O texto segue agora para promulgação do presidente do Legislativo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TCE vai fiscalizar Associação de Amigos da TVE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) acolheu o pedido de fiscalização, feito pelo Ministério Público (MP) de Contas, sobre possíveis irregularidades na gestão da Fundação Piratini (TVE e FM Cultural), uma das entidades que tiveram sua extinção autorizada pelo pacote de reestruturação do Estado executado pelo governo de José Ivo Sartori (PMDB).

O processo ficou a cargo do

conselheiro Iradir Pietroski, que determinou o exame de impedimento da atuação do conselho da entidade, da regularidade da nomeação de cargos em comissão (CCs) enquanto há cargos vagos no quadro de servidores efetivos da Fundação Piratini; da regularidade do acordo de cooperação com a Associação de Amigos da entidade; e a captação e gestão de recursos públicos de convênios e parce-

rias destinados à Fundação Piratini pela Associação de Amigos.

A representação foi enviada pelo MP de Contas ao TCE na primeira semana de maio, atendendo à reivindicação de servidores da Fundação Piratini, bem como membros do Conselho Deliberativo e do coletivo de artistas ProsperArte, que se reuniram com o procurador-geral do MP de Contas, Geraldo Da Camino.

Editora: Paula Coutinho
politica@jornalcomercio.com.br

Edgar Lisboa

Repórter Brasília

edgarlisboa@jornalcomercio.com.br



Emprego mais fácil



Em meio a um furacão de problemas em Brasília, o ministro do Trabalho, o gaúcho Ronaldo Nogueira (PTB, foto), lançou, nesta terça-feira, durante o Fórum Nacional de Aprendizagem, o "Sine Fácil", um aplicativo gratuito que facilita a busca por emprego, uma ferramenta que notifica trabalhadores sobre oportunidades de emprego de acordo com localidade e perfil profissional. Desenvolvido pela Dataprev, o aplicativo leva ao cidadão os serviços do Sistema Nacional de Emprego (Sine) a partir de dispositivos conectados à internet, como celulares e tablets.

Políticas públicas

Segundo Ronaldo Nogueira, "é muito importante nós deixarmos aqui registrado que o Brasil não está na espreita, o Brasil está entre aqueles países que são protagonistas no desenvolvimento de políticas públicas para a aprendizagem". Ele argumenta que "o segundo amigo da aprendizagem é o acesso ao mercado de trabalho". No sistema Sine, explica, hoje há em torno de 50 mil novas vagas a cada dia. No Brasil, são cerca de 5.500 municípios. "Nós não estamos presentes fisicamente em todos os municípios, nós não temos estrutura física para estar presente em todos os municípios."

Seguro-desemprego

Diante de espectadores atentos, alguns da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que lotavam o auditório do Ministério do Trabalho, o ministro Ronaldo Nogueira revelou que, de dezembro até hoje, "nós temos 25 mil requerimentos bloqueados, que são fraudes; que dá uma economia direta de R\$ 396 milhões. Nós vamos evitar o pagamento indevido do seguro-desemprego agora em 2017 na faixa de R\$ 1 bilhão. Com o aplicativo que nós lançamos hoje, o trabalhador não será mais enganado, porque ele, através do seu celular, vai poder acompanhar a evolução do seu seguro-desemprego. Ele vai ter conhecimento, ele vai receber informação pessoal, não vai ser surpreendido".

Segura Emprego

O programa Segura Emprego entrou de forma efetiva em janeiro. E Nogueira perguntou: "qual o País do mundo que tem isso?". É um programa de medida de proteção ao emprego que se estende às micro e pequenas empresas. Dos 38.600 mil empregos gerados, 85% são em micro e pequenas empresas. "Nós já temos no programa mais de 124 empresas cadastradas, empresas entre grande, médio porte e microempresas. Nós devemos evitar a demissão de trabalhadores", defendeu.

Registre sua marca.
Proteja sua invenção.

www.sko.com.br | 51 3342.9323

35 ANOS

SKO

OYARZÁBAL

MARCAS & PATENTES S/C

Rio de Janeiro - RJ

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS:
DE PLURALISMO, PARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL. O SUL
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DAS COLUNAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM SEQUÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS



CLÁUDIO HUMBERTO

JBS TENTA SE LIVRAR DA LEI ANTICORRUPÇÃO NOS EUA.

A mudança de Joesley Batista & caterva para os Estados Unidos não garante a imunidade que conseguiram no Brasil. Lá, a Justiça é severa na punição de empresas que, operando no país, pagam propina ou suborno no exterior. A JBS USA, em Greeley, sede de 56 unidades de produção de Joesley nos EUA, está sujeita ao rigor da Lei de Práticas Corruptas no Exterior (FCPA, sigla em inglês). A JBS USA responde por mais de 50% do faturamento de R\$170 bilhões do grupo JBS.

Tentando escapar

Como não terá vida fácil com a Lei de Práticas Corruptas, os donos da JBS tentam acordo de leniência no Departamento de Justiça dos EUA.

Tentativa de blindagem

A estratégia é atribuir a corrupção no Brasil à "J&F", blindando a JBS USA do escândalo, na tentativa de escapar da punição da FCPA.

Enquadramento

A FCPA foi criada especificamente para evitar o suborno de governos estrangeiros em troca de benefícios para empresas americanas.

Recorde histórico

Especialistas em legislação criminal americana acham que a JBS USA pode estabelecer o recorde histórico de multas com base na FCPA.

Obra superfaturada de estádio pode ter 1º delator

Ao menos um dos investigados na Operação Panatenaico, deflagrada nesta terça-feira (23) pela Polícia federal, pessoa muito ligada ao ex-governador do DF Agnelo Queiroz (PT), manifestou interesse imediato de negociar um acordo de delação premiada. A informação é de fontes de outros órgãos envolvidos na apuração do superfaturamento de R\$900 milhões da obra do Estádio Mané Garrincha, em Brasília.

Abatido em pleno voo

Preso ontem, o ex-vice-governador Tadeu Fillippeli já trabalhava na construção da sua candidatura ao governo do DF. Acabou.

De novo nos tribunais

Nilson Martorelli e Maruska de Holanda, ex-dirigentes da Terracop, absolvidos em 2015 de irregularidades no estádio, foram presos ontem.

Pergunta na arquibancada

O que faziam órgãos de controle, como Tribunal de Contas do DF, enquanto superfaturavam R\$900 milhões na obra do Mané Garrincha?

A maldição do 3º andar

O lugar mais perigoso do Brasil é o 3º andar do Planalto. Um ano depois, Michel Temer balança e já caíram quatro dos seus assessores mais especiais: José Yunes, Rodrigo Rocha Loures, Tadeu Fillippeli e o ex-ministro Geddel Vieira Lima. Todos trabalhavam no 3º andar.

Carne lipoaspirada

A JBS perdeu R\$7,45 bilhões em valor de mercado em apenas um dia. O valor da companhia chegou a R\$16,32 bilhões ao fim do pregão de

segunda-feira, contra R\$ 23,77 bilhões no fim do dia na sexta-feira (19).

Dr. Dirceu

O ex-ministro José Dirceu, condenado nos escândalos do mensalão e da Lava Jato, continua com a carteirinha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O registro nº 90792 está "ativo", segundo a OAB-SP.

Tática nazista

O Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, chama de "blitzkrieg" a divulgação da delação de Joesley Batista, que gravou Michel Temer. É a tática militar alemã, da Segunda Guerra, de ataques rápidos e de surpresa.

Suaves prestações

Podem parecer expressivos os R\$11,1 bilhões pretendidos pela Justiça da turma de Joesley Batista. Mas o detalhe é que isso será pago em 10 anos (!). Uma moleza para quem hoje fatura a R\$170 bilhões por ano.

Lorde petista

Nas redes sociais, petistas se dizem "chocados" com a profusão de palavras do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Estão certos. Afinal, o líder petista Lula sempre se comportou como um lorde inglês...

Exemplo na Saúde

A gestão privada do Hospital da Criança de Brasília (HCB), da Abrace, foi elogiada pelo promotor Jairo Bisol após visita. "Fiquei impressionado com o Hospital que está montado, funcionando e é bem completo".

Estado policial

"Divulgar diálogo entre jornalista e fonte é parte de estado policial. Fere liberdades sérias", disse a deputada Maria do Rosário (PT-RS) contra o vazamento da conversa do jornalista Reinaldo Azevedo com Andrea Neves, irmã do senador tucano Aécio Neves (PSDB-MG).

Pergunta no tribunal

A condenação de Paulo Maluf 21 anos após o crime indica que a Justiça só vai bater o martelo final sobre Lula em 2038?

PODER SEM PUDOR

Brincadeira entre amigos

Lula, deputado, e Jair Meneghelli, presidente da CUT, seguiram para Brasília no mesmo avião, no tempo de serviço de bordo decente, com talheres inox. Jair almoçou e dormiu. Lula resolveu brincar: meteu os talheres no bolso do amigo. Chamou a comissária e entregou. Ela o cutucou, pediu os talheres e Meneghelli voltou a dormir. No desembarque, a aeromoça-cúmplice cobrou:

— O senhor poderia devolver a taça, por favor?

— Que taça?

— Esta que está no bolso de seu paletó...

Lula havia colocado a taça do vinho no bolso de Meneghelli, que só percebeu a pegadinha ao ver Lula gargalhando na pista do aeroporto. Com André Brito e Tiago Vasconcelos

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO C O L U N I S T A S



LEANDRO MAZZINI

BRONCA MOTORIZADA.

A oposição – em especial as bancadas do PT e PDT – deu marcha-a-ré forçada ontem no plenário da Câmara. Os líderes anunciaram a obstrução da pauta do dia, em oposição ao presidente Michel Temer, mas encontraram uma resistência dos poderosos padrinhos. Está na fila da pauta o PLP 54/15, que convalida as bilionárias isenções fiscais a empresas. Ocorreu que o presidente da Ford, Lyle Watters, telefonou para os governadores petistas Camilo Santana, do Ceará, e Rui Costa, da Bahia, e alertou que poderia levar as unidades para outros Estados interessados. A pauta foi liberada.

Chão de fábrica

Camilo e Rui acionaram os líderes do PT na Casa e passaram o recado: Não é hora para mais crise, principalmente quando afeta milhares de empregos.

Memória

Bahia e Ceará conquistaram as fábricas da montadora, anos atrás, justamente por causa da Guerra fiscal dos Estados, que o PLP valida. O projeto deve ser votado esta semana.

Viagens ocultas

O sistema de Transparência da Câmara não informa gastos de gabinete do agora afastado Rocha Loures desde a posse em 8 de março, suplente de Osmar Serraglio.

No luxo

Quando a PF soltou a operação aqui, tendo ele como um dos alvos, Rocha Loures estava hospedado no ostentoso Lotte NY Palace, com diárias a R\$ 2 mil, por baixo.

Do Bunker

O presidente Michel Temer teve reuniões diárias com o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Sérgio Etchegoyen, nos últimos dias, e telefonemas para o ministro da Defesa, Raul Jungmann. Todos preocupados com a adesão às manifestações de hoje em Brasília. Apostam em baixa adesão.

Caravanas

A inteligência da Polícia Rodoviária Federal alertou para mais de 100 ônibus fretados por sindicalistas a caminho de Brasília. Muitos já chegaram ontem. Duzentos soldados do Exército já estavam a postos em frente ao Ministério da Justiça às 16h de ontem.

Bolso cheio

Aliás, a turma do protesto está com dinheiro no bolso. Dezenas de militantes e sindicalistas da CUT e da FUP (da Petrobras) estão hospedados em dois hotéis cinco estrelas no Setor Hoteleiro Norte.

Comando-em-chefe

Temer reforçou sua segurança no Planalto com 12 agentes desarmados e 12 armados durante o dia, e 12 agentes armados para o turno da noite. Ele sai tarde do gabinete.

Dançou

A reforma da Previdência já era. Segundo relatam deputados aliados de Temer. A prioridade deve passar a ser a reforma tributária, inclusive com o apoio da oposição.

Gandulas

Um gaiato entendedor de penas alternativas crava o castigo ideal para os ex-governadores Agnelo Queiroz, José Roberto Arruda, e outros da turma: atuarem como gandulas em partidas de futebol no estádio de Brasília, por um bom par de anos. Além de cana por outros anos, caso se comprovem as falcaturas.

Holofote perigoso

O juiz Sérgio Moro, que comanda a maior operação da História, tem sido criticado por virar arroz de festa. Tem aparecido muito em palestras e prêmios. Juristas consultados alertam que uma hora ele pode falar algo que o impeça de continuar na Lava Jato.

Volta amanhã

Em meio à crise que assola o País, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, foi flagrado em foto fazendo compras em Paris. Viajou com a esposa. A assessoria informa que Hartung tirou oito dias de férias por recomendação médica, após retirar um tumor.

Seriado

Acredite, este pacote de reforma tributária que entrou em discussão na Câmara já é o décimo sétimo apresentado desde a redemocratização. Os anteriores não vingaram.

Esforço coletivo

O relator da nova reforma tributária, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), defende carga tributária bem menor, com pacto nacional, e três impostos federais com receita distribuída pelos Estados.

Com Walmor Parente (DF), Tadeu Pinto (DF), Beth Paiva (RJ) e Henrique Barbosa (PE)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL. O SUL
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM SEQUÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS



ARMANDO BURD

FACILIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO.

Declaração do presidente Michel Temer a 24 de maio do ano passado: "Tenho ouvido: 'Temer está muito frágil, coitadinho, não sabe governar'. Conversa! Fui secretário de Segurança duas vezes em São Paulo e tratava com bandidos".

Os fatos recentes confirmam.

Dúvida

Ferreira Fernandes, do Diário de Notícias, de Lisboa, usa o bom humor na crônica com o título "Enriqueça: corrompa agora, delate depois". Um trecho: "O nome do próximo presidente com impeachment começa com T e tem cinco letras, que vou soletrar: T... Fico em dúvida: Trump ou Temer?".

Vai virar novela

Os ministros do Supremo Tribunal Federal souberam que a conclusão para a perícia dos áudios da conversa entre Joesley Batista e o presidente Michel Temer pode levar até 30 dias.

Antigo instrumento

O Senado e a Câmara dos Deputados mostraram ontem o que sabem fazer com muita habilidade em meio à crise: bater boca.

Risco das gravações

Temendo gravações, Tancredo Neves, um dos mais experientes e astutos políticos da República, não gostava de conversas ao telefone. Dizia: "Esse aparelho serve no máximo para marcar encontro, de preferência no lugar errado".

Explicação que falta

O deputado federal Luiz Carlos Heinze discursou ontem para cobrar a forma de concessão de bilhões de reais em financiamentos ao Grupo JBS. "Como produtor rural, para conseguir 500 mil reais do BNDES, eu precisaria dar de garantia o meu pai, a minha mãe e sabe-se lá o que mais. E não conseguiria."

Lembrando seu líder

Na tribuna da Câmara, ontem à tarde, o deputado federal Pompeo de Mattos abriu o coração: "Que saudades do Doutor Brizola. O que diria Brizola hoje? O homem que nunca lavou as mãos, porque nunca sujou". Estenderia o pronunciamento, se não tivesse estourado o tempo. A mesa diretora cortou o microfone.

Defendeu

O presidente Temer ligou ao deputado federal Jones Martins tão logo deixou a tribuna ontem. Agradeceu pelo pronunciamento, porque solidariedade, num momento de dificuldades, é gesto raro.

Definidos

PT, PP, PMDB e PDT têm dois integrantes cada na Comissão de Ética da Assembleia Legislativa, escolhida ontem. As outras quatro vagas, do total de 12, dividem-se entre PCdoB, PSDB, PSB e PTB.

Provocações

Na abertura da sessão plenária da Assembleia, hoje à tarde, o deputado Marcel van Hattem irá à tribuna para tratar da crise de credibilidade, dizendo que "não podemos ter bandidos de estimação". Se alguns partidos aceitarem as provocações, o tempo vai esquentar.

O resto é conversa

Conclusão ao final da reunião de ontem entre o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e os comandantes militares: a Constituição tem que ser respeitada. O resto é conversa.

Demorou

As investigações tiram da obscuridade a função de coletor de propinas de partidos e políticos afamados.

O que falta

Será o fio da meada: o deputado estadual Pedro Ruas pede o levantamento e divulgação das isenções fiscais dadas pelo governo do Rio Grande do Sul ao Grupo JBS.

De um extremo a outro

O problema do presidente Temer, conforme as pesquisas, era ter pouca visibilidade. Com a crise não há quem não o conheça.

Radiografia

Na raiz de tudo está a decomposição dos poderes da República, carentes de legitimidade e representação.

Visão externa

Jornal Clarin, de Buenos Aires: "Se crise do Brasil piorar, Argentina corre o risco de contágio, dizem economistas".

Como na Broadway

Seguindo o script, o espetáculo político não pode parar.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS:
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL. O SUL
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DAS COLUNISTAS-SEM POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM SEGURO DE USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS



FLÁVIO PEREIRA

SENADORA ANA AMÉLIA: "DONOS DA JBS FICARÃO LIVRES, LEVES E SOLTOS?"

A senadora Ana Amélia é bastante clara em dois posicionamentos sobre a crise: defende a renúncia do presidente Michel Temer. E, sobre os donos da JBS, disse do plenário do Senado: "Mesmo que tenham revelado crimes graves envolvendo o presidente da República, senador, deputado e outros agentes públicos, os donos da JBS também são responsáveis pelos prejuízos incalculáveis causados ao país. Somente nos governos Lula e Dilma, a JBS cresceu 8.900%, com aportes públicos bilionários do BNDES, Fundos de Pensão e muita corrupção. Depois de tudo, ficarão impunes, livres, leves e soltos?"

Padilha reúne líderes de peso do mercado financeiro

O principal articulador político do governo, ministro Eliseu Padilha, da Casa Civil da presidência da República, fez um movimento importante: reuniu representantes de entidades do setor financeiro, que manifestaram apoio às reformas em tramitação no Congresso. O presidente da Federação Brasileira de Bancos, Murilo Portugal Filho, disse a Padilha que defende a tramitação célere no Senado Federal do projeto de lei que moderniza a legislação trabalhista. O relatório da medida foi apresentado e discutido ontem na Comissão de Assuntos Econômicos. Vice-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviço (Abecs), Rômulo de Mello Dias, também elogiou o compromisso do governo federal com as reformas. Ele acrescentou que o andamento da agenda econômica, que gerou otimismo no Brasil, precisa ser mantido. Também participaram do encontro representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, da Associação Brasileira das Empresas de Leasing, da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento e da Associação Brasileira de Administradores de Consórcio.

Balão de ensaio

Ao liberar ontem a sua base para votar alguns dos projetos que estão na pauta da Assembleia gaúcha, o governador José Ivo Sartori quis, na verdade, promover um balão de ensaio pra avaliar como anda o comportamento dos aliados. Foi um teste para as votações mais difíceis, das reformas mais polêmicas, incluindo privatização de estatais, que devem ocorrer em meados de junho.

RS 100 milhões para Gravataí

O prefeito de Gravataí, Marco Alba PMDB) promoveu um movimento importante esta semana, ao assinar com o CAF (Corporação Andina de Fomento) termo de compromisso para investimentos de R\$ 100 milhões na infraestrutura de Gravataí, dentro do Programa de seu governo "Cuidando da Cidade". O projeto de R\$ 100 milhões será investido principalmente em ações de pavimentação – urbanas e rurais, reestruturação de vias e duplicações, totalizando mais de 80 km de asfalto.

A queixa do tio de Aécio

Repercutiu nas redes sociais a manifestação do desembargador aposentado Lauro Pacheco de Medeiros Filho, pai de Frederico Pacheco de Medeiros, o Fred, primo do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG). Ele afirma que "falta qualidade moral e intelectual" ao tucano. Fred foi preso na Operação Patmos, na quinta-feira passada, após ser filmado buscando uma mala com R\$ 500 mil – o dinheiro seria propina da JBS, supostamente a pedido de Aécio. O pai de Fred usou a internet para atacar Aécio. "Aécio: meu filho Frederico Pacheco de Medeiros está preso por causa de sua lealdade a você, seu primo. Ele tem um ótimo caráter, ao contrário de você, que acaba de demonstrar não ter, usando uma expressão de seu avô Tancredo Neves, 'um mínimo de cerimônia com os escrúpulos'."